

2014

RELATÓRIO E CONTAS

FENACAM



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)	6
AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS	6
PERITAGENS DE SINISTROS	8
OUTRAS ACTIVIDADES.....	8
SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)	9
AUDITORIAS REALIZADAS	9
ESCLARECIMENTOS PRESTADOS	10
ENVOLVIMENTO, POR SOLICITAÇÃO DOS TRIBUNAIS OU DAS CCAM, EM PROCESSOS JUDICIAIS	10
REstante ACTIVIDADE	11
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS	11
SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA)	12
APROVISIONAMENTO.....	12
PRODUÇÃO DOCUMENTAL.....	12
GESTÃO DE CHEQUES.....	14
APOIO ADMINISTRATIVO	14
OUTRAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
RESULTADOS DA ACTIVIDADE	17
SERVIÇO GABINETE TÉCNICO DE INFORMAÇÃO (GTI)	20
DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO	20
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	21
CRÉDITO AGRÍCOLA AWARDS	23
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	24
RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS	26
RENDIMENTOS	26
GASTOS.....	28
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	30
AGRADECIMENTOS	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	32
BALANÇO	32
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	33
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	34
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	36
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
ASSOCIADAS DA FENACAM	70
PARECER DO CONSELHO FISCAL	71
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	73

INTRODUÇÃO

A conjuntura macroeconómica vigente durante o ano 2014, na senda do já sentido nos últimos anos, foi fortemente marcada pelos riscos de recuperação da actividade económica, agravada pela pressão da consolidação orçamental do Estado Português. Apesar de alguns indicadores apontarem no sentido da retoma económica, esta tarda em fazer-se sentir.

As Caixas de Crédito Agrícola e a sua Federação Nacional não são, de forma alguma, imunes a esta situação, vendo reflectidos nas suas actividades e nas suas contas de exploração os resultados do ajustamento a que todo o país tem sido submetido. Para maiores exigências e dificuldades acrescidas, torna-se necessário apresentar soluções mais ousadas e respostas adequadas.

A recente necessidade de adaptação do enquadramento jurídico nacional às regras impostas pela União Bancária, vem obrigar as Caixas Agrícolas a ajustarem-se à nova estrutura legal, sendo que as autoridades de supervisão não tiveram em conta, na transposição para a legislação nacional da regulamentação comunitária, as características das Caixas Agrícolas, enquanto Bancos Cooperativos e locais, como prova a alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, recentemente aprovado.

O Plano de Actividades e Orçamento (PAO) para o ano 2014, aprovado pela Assembleia-geral em 13 de Dezembro de 2013, traçou as linhas mestras da acção desenvolvida pela Direcção da FENACAM, durante este exercício. Coincidindo com o início de um novo mandato, foi o Plano aprovado em consonância com esta circunstância.

A Direcção executou as orientações nele expressas, nas suas diferentes áreas e considera que, no que dela depende, foi parcialmente cumprido:

1. OBJECTIVOS INSTITUCIONAIS

a) Regime Jurídico do Crédito Agrícola (RJCAM)

A proposta de Regime Jurídico depositada oportunamente no Banco de Portugal, já não corresponde às exigências do actual quadro regulamentar, carecendo de alterações substanciais, tendo-se, nesse sentido, mantido contactos com as autoridades com o objectivo de desbloquear a situação, o que até à data ainda não aconteceu.

Nesta matéria a FENACAM considera fundamental a consagração em RJCAM dos três pilares principais do Crédito Agrícola, como sejam, a Federação, a Caixa Central e o Fundo de Solidariedade do Crédito Agrícola.

2. OBJECTIVOS DE GESTÃO

a) Serviço de Apoio Técnico (SATA)

A procurada auto-sustentabilidade financeira do Serviço, ainda não atingida, continua a ser uma das suas metas, objectivo difícil, a que crescem novos factores de concorrência e redução do preçário. O Serviço tem-se dotado de valências e dos meios técnicos e humanos necessários, de novas ferramentas informáticas (SGA e SGP), da subcontratação de recursos externos (em outsourcing), que permitirá a cobertura integral do território, e aposta na formação profissional dos técnicos.

b) Serviço de Auditoria (SAUD)

O Serviço de Auditoria da FENACAM continua sendo uma ferramenta essencial não só no apoio à gestão das Caixas Agrícolas, mas também um importante instrumento de aferição da sua solidez financeira e capacidade organizativa, permitindo às autoridades de supervisão, interna e externa, um maior rigor na monitorização das Caixas Agrícolas.

As exigências e orientações do novo quadro regulamentar impuseram a reestruturação do Serviço de Auditoria. No âmbito do concurso efectuado para a direcção e coordenação técnicas do Serviço, foram convidadas a apresentar propostas as *Big 4's* e mais cinco das maiores empresas de auditoria do mercado. No âmbito deste concurso foi celebrado contrato, pelo prazo de dois anos renovável, com a Ernst & Young, Audit & Associados – SROC. S.A.

Conforme aprovado no PAO, foram efectuadas algumas auditorias a não associadas, tendo-se emitido facturas da prestação do serviço, que se encontram cobradas, na sua quase totalidade.

c) Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento (SPDA)

A negociação e renegociação dos contratos e protocolos no âmbito deste Serviço permitiram, durante o ano 2014, uma baixa significativa dos preços, espelhada nas demonstrações financeiras, com ganhos significativos para as Caixas Agrícolas.

O SPDA tem prestado serviços de excelência às associadas, no âmbito da produção documental e outros, mantendo-se na vanguarda do que de melhor se faz no país.

Entrou em funcionamento em Janeiro de 2015 a Loja Virtual – Espaço Pinheiro – que irá proporcionar às associadas e clientes um mais fácil acesso a todos os produtos disponíveis no catálogo FENACAM.

A contínua pressão sobre os preços da actividade deste Serviço, por parte de clientes de referência, pode, a curto prazo, colocar em causa a viabilidade do

mesmo, com as decorrentes consequências para a qualidade da actividade da Federação e para o seu modelo de funcionamento.

d) Gabinete Técnico de Informação (GTI)

Está instalado desde o mês de Maio o Gabinete Técnico de Informação (GTI), com o objectivo de prestar às Caixas e aos seus clientes informação e apoio na elaboração de projectos de candidatura a fundos comunitários, no âmbito do programa "Portugal 2020".

É uma actividade que se vem implementando gradualmente e que só a futura publicação da regulamentação dos diferentes programas permitirá o desempenho pleno das suas funções.

e) Outros

Foi efectuada uma consulta ao mercado para seleccionar um Revisor Oficial de Contas para a FENACAM, tendo-se enviado proposta ao Conselho Fiscal para emissão de parecer.

3. QUOTIZAÇÃO

O recebimento das quotas das associadas efectuou-se, de acordo com o aprovado no PAO, registando-se uma redução de cerca 10%, em relação ao ano anterior.

4

4. NOVOS PROJECTOS

a) Central de grandes compras

Este foi um projecto em que a FENACAM se envolveu, de grande interesse para as Caixas Agrícolas, mas que não foi possível concretizar, por indisponibilidade do parceiro.

b) Formação profissional

Foi concebido, em colaboração com a AESE – Escola de Direcção e Negócios (Business School), um programa de formação de alta direcção, destinado a membros dos Órgãos Sociais das Caixas Agrícolas (PADIFCOOP – Programa de Alta Direcção para Instituições Financeiras Cooperativas).

Espera-se que este programa entre em funcionamento em 2015, assim que for encontrada solução para participação do seu funcionamento.

c) Nova geração de fundos comunitários

A realização de três seminários – “*As Caixas Agrícolas e o Desenvolvimento Local*” (termas de São Pedro do Sul), em Maio, “*1º Simpósio do Crédito Agrícola*” (Santarém), em Junho, e “*As Caixas Agrícolas e a Abordagem LEADER*” (Fátima), em Outubro, bem como a informação disponibilizada às Caixas ao longo de todo o ano e a adesão por estas demonstrada, são a prova cabal da importância e das expectativas do “Portugal 2020”.

Salientamos a importância deste novo Quadro Comunitário para as Caixas Agrícolas, que certamente lhes trará novas oportunidades de negócio.

d) Política de comunicação

Foi dada continuidade à publicação da Newsletter “Linha Directa”, a produção de uma nova publicação por parte do GTI e introduzida uma nova dinâmica no sítio da FENACAM na Internet.

A política de comunicação seguida tem permitido manter informados das actividades da Federação, com periodicidade, todos os membros dos corpos sociais das Caixas associadas.

e) Participação e representação institucional

A Federação manteve, em 2014, as representações institucionais a nível nacional e internacional, tendo sido seguida uma política de minimização de custos.

SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)

Em 2014, conforme Plano de Actividades, atingimos os objectivos a que nos propusemos, designadamente:

- Promover a consistência e actualização das ferramentas informáticas referentes às avaliações imobiliárias;
- Desenvolver as condições para iniciar a actividade das peritagens de sinistros, em colaboração com a CA Seguros.

Referimos o empenho e eficiência de todos os colaboradores do Serviço, sem os quais não teria sido possível o desenvolvimento de todas as tarefas necessárias para alcançar os objectivos indicados.

Avaliações Imobiliárias

Em 2014, realizamos 4.861 relatórios de avaliação e autos de medição com um montante avaliado de 910 milhões de euros, resultando, face ao ano anterior, num decréscimo de 3% do número total de processos e diminuição do montante avaliado em 8%.

A pedido das CCAM, os técnicos continuaram a ser indicados para prestarem declarações, em processos de tribunal, quer como peritos avaliadores quer como testemunhas.

No âmbito do documento, sobre avaliação e valorização de Imóveis elaborado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, submetido a consulta em Janeiro de 2014, tendo por objectivo reforçar a robustez das avaliações de imóveis, elaboramos um memorando, que remetemos às três instituições, apresentando os nossos comentários e sugestões.

Concluído o projecto “Reformulação do Normativo Interno dos Processos de Avaliação Imobiliária do Crédito Agrícola, em 2014 procedemos, em colaboração com a CA Serviços, ao desenvolvimento de uma nova versão do SGA – SGA 2.0, que contemplará novas funcionalidades, resultantes do projecto e de acordo com as melhores práticas do mercado.

Os testes de aceitação iniciaram-se em Dezembro de 2014 e prevemos a sua entrada em produção no final de Março de 2015.

Em relação ao processo de selecção de peritos avaliadores imobiliários desenvolvido pela CA Imóveis, onde foram contactadas mais de 15 empresas de serviços de avaliação, o SATA foi seleccionado.

Os critérios para a selecção dos peritos avaliadores incluíram, entre outras variáveis:

- A experiência e reputação da empresa no mercado;
- As suas competências na avaliação dos vários segmentos de activos;
- As metodologias de valorização de activos, utilizadas;
- O registo na CMVM dos peritos avaliadores;
- A qualidade dos relatórios;
- A estrutura de recursos humanos;
- O nível de preços.

No final do ano efectuamos a verificação massiva dos imóveis, aproximadamente 48 mil, com as finalidades de habitação e para fins comerciais (lojas e escritórios) recebidos como colateral da carteira de crédito do SICAM.

Este trabalho, permitiu ao Crédito Agrícola cumprir as orientações regulamentares, em particular o Regulamento de Requisitos de Capital (UE) n.º 575/ 2013, que determina os requisitos obrigatórios aplicáveis às cauções imobiliárias que se pretendem elegíveis enquanto mitigantes do risco de crédito, designadamente no que diz respeito à obrigatoriedade das Instituições verificarem o valor dos imóveis frequentemente, pelo menos pelo menos uma vez por ano, no caso dos imóveis para fins comerciais, e uma vez de três em três anos, no caso dos imóveis destinados à habitação.

Tendo como pressuposto a criação de um Serviço de Avaliações Imobiliárias integrado, para todas as Caixas Agrícolas, com cobertura total do País, iniciamos um processo de selecção de colaboradores externos para peritos avaliadores de imóveis e para peritos reguladores de sinistros.

Manteve-se a colaboração entre a FENACAM e algumas Caixas Agrícolas, estabelecida através de “Memorando de Entendimento” para a realização de avaliações imobiliárias, através da ferramenta sistema de Gestão de Avaliações – SGA.

Estas parcerias têm-se afirmado de forma proveitosa e eficaz, permitindo incrementar uma uniformização de procedimentos ao nível dos relatórios produzidos e dos critérios utilizados, bem como ao alargamento da cobertura territorial ao nível da realização das avaliações.

No âmbito da avaliação de fornecedor, efectuada pelas Caixas Agrícolas que são certificadas ao abrigo da norma internacional ISO 9001, quanto à qualidade dos serviços prestados nas avaliações imobiliárias, temos obtido a classificação de Bom.

Peritagens de sinistros

Relativamente à actividade de peritagens de sinistros, no final do ano e após alguns contratempos na instalação e configurações de infra-estruturas, entrou em produção a plataforma informática, sistema de gestão de peritagens (SIGEP), o que permitirá agilizar todo o processo inerente à execução dos trabalhos.

No seguimento das acções de formação realizadas, internas e externas, para Perito Regulador de Seguros, procedemos à credenciação dos técnicos junto da Câmara Nacional de Peritos Reguladores (CNPR), entidade que examina, reconhece e acredita profissionais na área das peritagens.

A referida credenciação obrigou à realização de um exame de aptidão, onde todos os Técnicos do Serviço obtiveram a classificação de "Apto".

Outras Actividades

Produzimos 23 Fichas Informativas, documento com periodicidade quinzenal, com informação relativa às diferentes políticas e legislação, aplicáveis a vários sectores de actividade, divulgada através do "CAIS", e remetida por correio electrónico para os subscritores.

A partir do gabinete central/sede, o SATA, para além da actividade inerente ao seu normal funcionamento, elaborou 65 Informações à Direcção, 16 notas de serviço aos técnicos.

SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)

A actividade desenvolvida pelo Serviço de Auditoria no decurso de 2014 consistiu no seguinte:

- Realização de 62 auditorias a Caixas Agrícolas através do exame dos seus elementos de escrituração e das correspondentes demonstrações de natureza financeira e patrimonial, compreendendo a verificação e apreciação do cumprimento das normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade e dos aspectos relacionados com a abrangência dos deveres de informação, mencionados no n.º 1 do artigo 120º do RGICSF, assim como as orientações definidas pela Caixa Central decorrentes do exercício das suas competências legais.
- Emissão dos correspondentes relatórios no final das auditorias.
- Esclarecimentos sobre questões técnicas, prudenciais e regulamentares relacionadas com as auditorias realizadas e a actividade das CCAM, colocadas pelas Caixas Agrícolas e outras entidades destinatárias legais dos relatórios.
- Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais.

Auditorias Realizadas

9

Na programação das auditorias manteve-se o critério de tomar por base o tempo decorrido desde a última auditoria efectuada tendo-se dado prioridade às solicitações da Caixa Central. Demos igualmente cumprimento aos pedidos do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo num total de 20 CCAM.

As auditorias reportam-se às contas trimestrais tomando por base o último trimestre encerrado à data de início dos trabalhos, com informação actualizada nas rubricas de Balanço de maior relevância material até à data final dos nossos trabalhos.

A revisão final dos relatórios de auditoria fez-se a partir da sede.

Os relatórios das auditorias foram enviados, nos termos do estabelecido no art.º 37º do RJCAM, à Administração e Conselho Fiscal das Caixas Agrícolas, à Caixa Central, ao Banco de Portugal e ao Fundo de Garantia do CAM quando solicitado.

As 62 CCAM auditadas num total de 82 (universo que constitui o SICAM em final de 2014), representam uma cobertura global, em número, de 76%.

Em relação ao crédito concedido e aos depósitos totais o grau de cobertura é de 70% e 71%, respectivamente.

Em termos comparativos com o ano anterior, tomando o número de CCAM, o crédito concedido e os depósitos totais, a estrutura percentual das auditorias realizadas é a seguinte:

Auditorias realizadas

Número %	2013		Número %	2014	
	Crédito Concedido %	Depósitos Totais %		Crédito Concedido %	Depósitos Totais %
73	74	73	76	70	71

Efectuou-se mais uma auditoria do que no ano anterior, mantendo-se a qualidade e a profundidade das análises efectuadas, com maior incidência nas áreas dos activos de risco, garantindo a credibilidade do trabalho realizado junto das entidades destinatárias dos relatórios. A manutenção de conjuntura económico-financeira adversa condiciona o desempenho dos clientes das CCAM, situação que conjugada com as acrescidas exigências em matéria de regulamentação e supervisão prudencial da actividade das Instituições de Crédito, origina também uma cada vez maior responsabilização e rigor no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

Continuaram a utilizar-se os instrumentos operacionais de gestão de informação disponíveis no SICAM, de forma a se poder tirar a maior rentabilidade possível dos mesmos com o objectivo de se conseguir uma maior eficiência no cumprimento das funções de auditoria.

10

Esclarecimentos prestados

Durante o ano de 2014, por solicitação, em geral, de Caixas Agrícolas, continuaram a ser efectuados directamente pelos auditores frequentes esclarecimentos sobre questões técnicas de diversa natureza.

Foram igualmente prestados esclarecimentos sobre as auditorias e correspondentes relatórios aos técnicos do Banco de Portugal, sempre que solicitado.

Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais

Durante o ano de 2014 foi solicitada a presença de 2 auditores para prestarem declarações como testemunhas em Tribunais (Judicial, Administrativo, Fiscal e do Trabalho). Foram também emitidos relatórios de peritagem sobre processos judiciais envolvendo Caixas Agrícolas tendo sido despendidos 11 dias úteis no total.

Restante Actividade

Além dos trabalhos de auditoria, os esclarecimentos prestados e o envolvimento nos processos em Tribunal, o Serviço de Auditoria desenvolveu a partir da sede toda uma actividade relativa ao seu próprio funcionamento, de que se destacam, no decurso de 2014, a emissão de 9 Normas Técnicas para os auditores, 27 Informações Técnicas também aos auditores e 68 Informações à Direcção da FENACAM.

Alterações estatutárias

No final de 2014 a Direcção da FENACAM procedeu a uma consulta de mercado para contratar uma empresa de auditoria para assegurar a direcção e coordenação do Serviço de Auditoria da FENACAM.

Analizadas que foram as propostas recebidas, em cooperação com a Caixa Central, foi contratada por período de 2 anos a empresa Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA., representada pela Dr.^a Ana Salcedas, tendo-se verificado o início de funções a 02/01/2015.

Deixamos aqui o nosso agradecimento à cooperação prestada pela empresa Oliveira Reis & Associados, SROC ao longo dos últimos anos na direcção do Serviço de Auditoria da FENACAM.

SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA)

Apesar dos constrangimentos económicos (externos e internos), originados por um quadro de crescimento moderado ou quase inexistente da actividade económica, continuamos persistentes, com o esforço e colaboração de todos, em alcançar as metas estabelecidas no Plano de Actividades e Orçamento para 2014.

Aprovisionamento

Neste âmbito continuamos a conceder especial atenção ao apoio a prestar diariamente junto das Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo, procurando encontrar as melhores soluções possíveis para satisfação das solicitações que nos colocam, tendo em conta a crescente complexidade e exigência ao nível dos vários domínios do serviço (onde o serviço que realizamos não se resume à colocação/entrega de produtos, mas também todo o apoio envolvente quer no aconselhamento que asseguramos junto das Caixas Agrícolas, a qualidade dos produtos, e os níveis de serviço prestados com os produtos a serem entregues de forma centralizada na Sede das Caixas Agrícolas ou, opcionalmente, com entregas descentralizadas realizadas nas respectivas agências).

Nesta área realçamos o forte relacionamento que temos vindo a manter ao longo de vários anos com as Caixas Agrícolas, no aconselhamento da satisfação das necessidades ao nível do fornecimento de impressos, consumíveis de papelaria e informáticos, equipamentos de escritório, equipamentos de segurança e tratamento de dinheiro abrangendo a respectiva assistência técnica, e ainda os brindes Institucionais.

Em 2014, o volume total das Vendas atingiu os 2.302.987,35 € (valor sem IVA), representando as Vendas de Mercadorias 1.934.447,34 € (valor sem IVA) e as Vendas de Cheques o valor de 368.540,01 € (valor sem IVA).

Produção Documental

O Crédito Agrícola possui neste serviço da Federação uma mais-valia, com uma estrutura tecnologicamente evoluída, customizada às suas necessidades específicas e com níveis de desempenho de excelência através de aplicação de boas práticas ao nível da gestão e produção documental.

	Produção Documental Registo da Actividade				
	2010	2011	2012	2013	2014
Documentos Recebidos e Arquivados	14.541.835	16.167.732	18.864.794	16.045.168	19.753.767
Documentos Produzidos (Expedidos)	14.078.897	15.342.089	18.003.272	12.169.866	11.614.236
Total de Impressões Realizadas	23.672.880	24.549.385	27.180.793	20.973.929	16.087.737
Total de Objectos Postais (Expedidos)	12.581.044	13.536.259	14.166.642	10.294.203	9.121.293
Taxa de Agregação (Doc's)	23%	25%	22%	16%	18%
Comunicação Digital Total de Documentos				5.775.807	6.611.317

Pela análise do quadro percebemos a importância da implementação do projecto de comunicação digital que, por um lado, permitiu acompanhar as tendências de mercado disponibilizando um novo tipo de serviço para os Clientes da área da Banca (que poderá ser disponibilizado a outras áreas de negócio – seguros), mas, também, obter uma poupança significativa nos portes de correio, reduzindo consideravelmente os custos com os CTT (sendo este o custo mais oneroso ao nível da produção/expedição documental).

Podemos concluir que o projecto de comunicação digital (que teve um prazo de implementação de cerca de 4 meses) foi um sucesso, envolvendo a participação da FENACAM, Caixa Central e CA Serviços, correspondendo à implementação de uma plataforma, personalizada e dimensionada para o Crédito Agrícola, disponibilizando documentos digitais de acordo com as regras de negócio provenientes da Caixa Central e cumprindo com os requisitos técnicos levantados pela CA Serviços.

No segundo ano da disponibilização do serviço de comunicação digital, registamos a produção de 6.611.317 documentos digitais, correspondendo a um aumento de 14,47%, face ao primeiro ano de funcionamento do serviço de comunicação digital. Por este motivo, e já esperado, verificou-se uma redução em termos das impressões realizadas, bem como em termos de objectos postais expedidos.

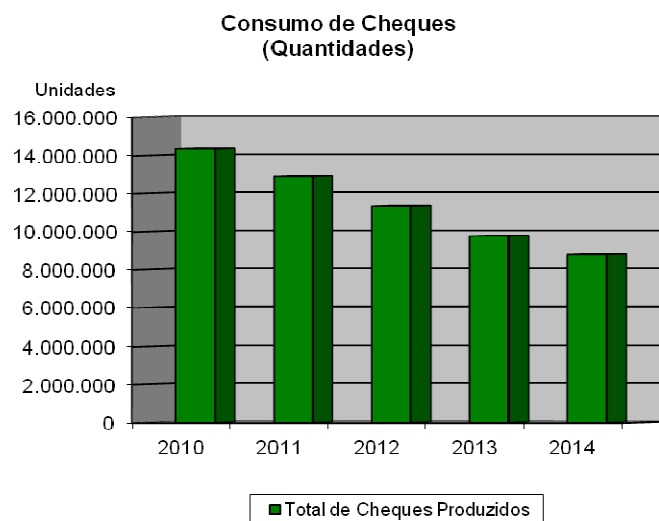
Esta actividade continua a ser alvo da nossa actuação, no sentido de garantir o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos, qualidade, rigor e segurança, bem como na procura das soluções mais adequadas aplicáveis a cada situação/projecto. Esta postura permite-nos alcançar níveis de serviço e de desempenho bastante positivos (com optimização dos recursos e redução de custos).

No ano de 2014, e conforme estabelecido no Plano de Actividades e Orçamento, procedeu-se a uma redução significativa do preçário de produção documental nas rubricas de impressão e envelopagem (apesar desta última rubrica incluir serviços que carecem de

quantificação isolada, situação a corrigir aquando da reestruturação de preçário a divulgar junto das Caixas Agrícolas durante o ano de 2015).

Gestão de Cheques

No fornecimento de cheques temos igualmente mantido o nosso acompanhamento, pelo que o serviço tem correspondido com as necessidades do Crédito Agrícola. Para além de garantir a fiabilidade e segurança dos cheques, prestamos apoio e asseguramos a produção de cheques personalizados para os Clientes das Caixas Agrícolas.



Observando o gráfico registamos a diminuição contínua do consumo de cheques (situação generalizada ao nível da Banca), passando de 9,8 milhões de cheques em 2013, para 8,8 milhões de cheques em 2014.

Apoio Administrativo

O SPDA no desenvolvimento da sua actividade e de apoio directo às Caixas Agrícolas utiliza vários canais para disponibilização da informação, como seja através da plataforma CAIS, página Web da FENACAM, por e-mail e envio em suporte físico:

- Foram produzidos 593 ofícios, 1.635 faxes, 23 informações e ainda 25 circulares enviadas para as Caixas Agrícolas;
- Emitidas 13.839 facturas, 202 notas de crédito e 270 guias de consumo interno. Registamos ainda 1862 guias de entrada em armazém e 1.577 notas de encomenda.

Tratando-se de uma área que funciona com duas Colaboradoras (com uma amplitude de horário das 08:30 horas às 19:00 horas), e estando duas Colaboradoras de baixa prolongada), esta situação tem vindo a ser minimizada através da utilização de um recurso interno existente nos serviços administrativos da FENACAM.

Outras actividades desenvolvidas

- Entre Administração da Caixa Central e Direcção da FENACAM foi acordado, no final de 2013, a realização de consulta ao mercado no âmbito exclusivo da produção de documentos, com o objectivo único de se efectuar uma auto-análise da estrutura produtiva existente na Federação. Neste âmbito, durante o ano de 2014, prestamos todo o apoio e informação junto da Direcção da FENACAM.

Após análise preliminar das propostas, desde logo se percebeu que estas não correspondiam na íntegra com os requisitos mencionados no Caderno de Encargos, e por outro lado, que as soluções apresentadas não corresponderiam tecnicamente com o tipo de serviços que o Crédito Agrícola dispõe através da sua Federação.

Ainda assim, tal permitiu-nos concluir que a estrutura de gestão e produção documental existente na FENACAM encontra-se dentro das melhores práticas para o tipo e níveis de serviço a prestar às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo, e com uma estrutura de custos controlada e competitiva.

Esta área de serviço disponibilizada pela Federação tem sido alvo de algumas comparações, que no fundo traduzem e justificam o facto para o qual este serviço migrou em 2007 para dentro do Crédito Agrícola, apontando algumas dessas razões da altura: degradação da qualidade do serviço, prazos muito alongados para envio de correspondência aos Clientes e de difícil controlo quanto aos níveis de serviço, rigidez da estrutura no desenvolvimento de novos projectos, com prazos de execução algo dilatados e custeados à hora/recurso, com facturações repartidas por serviços e materiais e de difícil percepção. Por outro lado, também elencado na altura, tal migração permitiu que o resultado financeiro proveniente da prestação daquele serviço (até então prestado por terceiros) permanecesse dentro do Crédito Agrícola, que é também hoje reconhecido como sendo este o suporte financeiro da sustentabilidade da Federação.

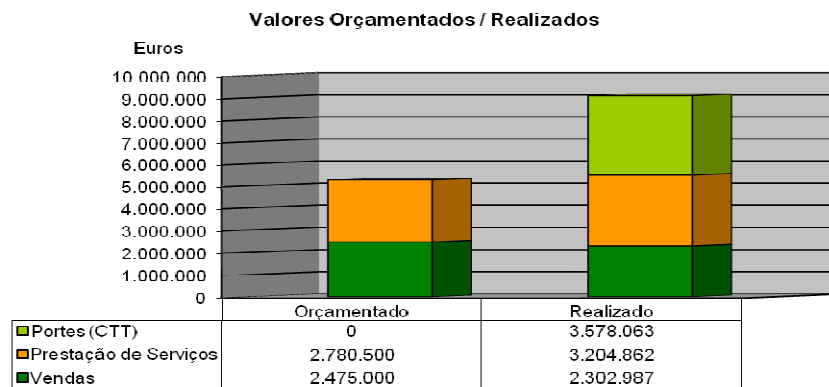
De referir que o projecto de criação de uma estrutura produtiva ao nível da gestão e produção documental, teve como tempo de desenvolvimento e implementação cerca de um ano, envolvendo a FENACAM, Caixa Central, CA Serviços, Xerox e os CTT (na altura do desenvolvimento deste projecto ainda como empresa nacional de expedição postal).

- Renegociação de contrato com a Xerox, com o objectivo de obter redução de custos no contrato existente;
- No final de 2014, estabelecemos parceria com a União das Misericórdias Portuguesas com vista à disponibilização dos serviços existentes no SPDA, o que permitirá, durante o ano de 2015, divulgar a nossa oferta de produtos e serviços por cerca de 400 Instituições;

- Disponibilização da Loja Virtual “Espaço Pinheiro”, que no final de 2014 começou a ser utilizada por empresas externas, em modo de projecto piloto;
- Contratação de recurso para dinamização de acção comercial junto de empresas externas, tentando também aproveitar a parceria estabelecida com a UMP;
- Realizamos reuniões preparatórias com fornecedores de equipamentos de tratamento de dinheiro, com vista a renegociação dos protocolos de parceria, introdução de novos equipamentos e tentando antecipar a abordagem à entrada em circulação da nova nota de 20 Euros (com data prevista para acontecer em Novembro/2015);
- Prestamos apoio às Caixas Agrícolas no âmbito da temática “Recirculação de Numerário” e introdução da nova nota de 10 Euros “série Europa”. O processo de adaptação à nova nota não foi facilitado em virtude do timing de disponibilização do novo template da nota de 10€, que levou à sua implementação durante os meses de Agosto e Setembro de 2014.
- Asseguramos a gestão dos contratos para os equipamentos “Multifunções”, resultando num acréscimo de trabalho diário em virtude do apoio a prestar às Caixas Agrícolas, na substituição de equipamentos, quer na assistência técnica ao parque de máquinas existente;
- Apoio aos serviços centrais da FENACAM, com especial preponderância na elaboração, produção e expedição de circulares e newsletters de iniciativa da Direcção e de outros Serviços da Federação;
- Asseguramos a produção de vários livros e brochuras para diversas Entidades (CCAM Beja e Mértola, CCAM Sobral de Monte Agraço, CASES, ANIMAR, Caixa Central, CCAM Aljustrel e Almodôvar);
- Asseguramos a produção dos materiais de suporte aos seminários desenvolvidos e promovidos pela Direcção da FENACAM;
- Asseguramos as ligações para expedição de correio (interno), entre a FENACAM, nos seus vários serviços, e as Instituições Centrais do Crédito Agrícola, situação que envolve a disponibilização de um recurso a meio tempo para garantir este tipo de apoio;
- Prestação de serviços de consultoria informática em virtude da parceria com a CA Seguros, no âmbito da gestão e produção documental, serviço que também asseguramos para a área de banca “Crédito Agrícola”;
- Asseguramos, durante o primeiro semestre de 2014, a produção/fornecimento de produtos de merchandising (folhetos, flyers, monofolhas, cartazes, autocolantes, etc.), utilizados nas campanhas publicitárias, para divulgação de novos produtos financeiros, desenvolvidas pela Caixa Central – DME;

- Realizamos todo o desenvolvimento e criação dos brindes institucionais (ex.: agendas, plannings e calendários);
- Asseguramos a produção das newsletters, a enviar para os Clientes do Crédito Agrícola, juntamente com a informação centralizada dos documentos bancários;
- Asseguramos a produção/fornecimento da Revista do Crédito Agrícola.

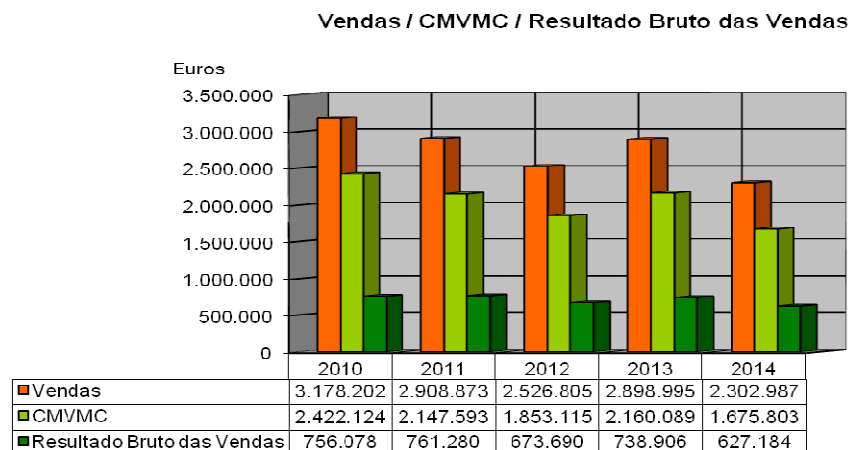
Resultados da Actividade



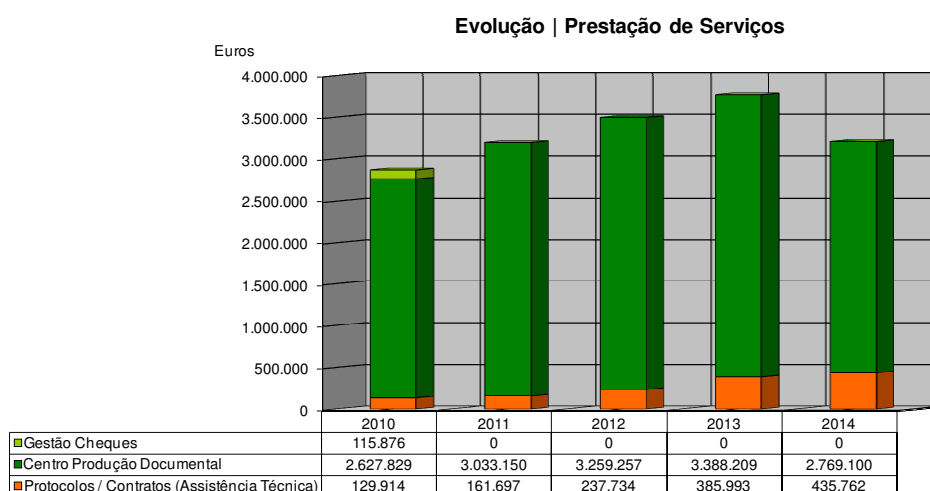
17

Em 2014, o SPDA registou novamente um desempenho positivo, pelo que os resultados alcançados em termos de Rendimentos (Vendas e Prestação de Serviços), no valor total de 5.507.849 € (valor sem IVA) superam o valor orçamentado (no valor de 5.255.500 €), em aproximadamente 5% (no valor de 252.349 €).

Foi ainda facturado às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo o valor de 3.578.063 € (valor sem IVA), referente a portes de correio.

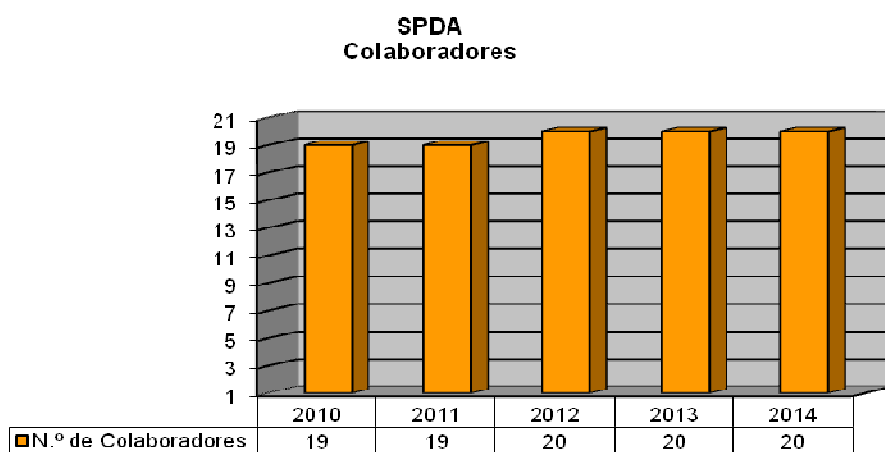


Pela análise ao gráfico, podemos concluir que a actividade de vendas em 2014 se situou ao nível do registado no ano de 2012 (comparativamente), uma vez que o ano de 2013 foi amplamente influenciado pelo volume de negócio potenciado pela introdução em circulação da primeira nota da série Europa (nota de 5€), o que originou a substituição de grande parte dos equipamentos de detecção, de forma a permitir o correto tratamento da nova nota.

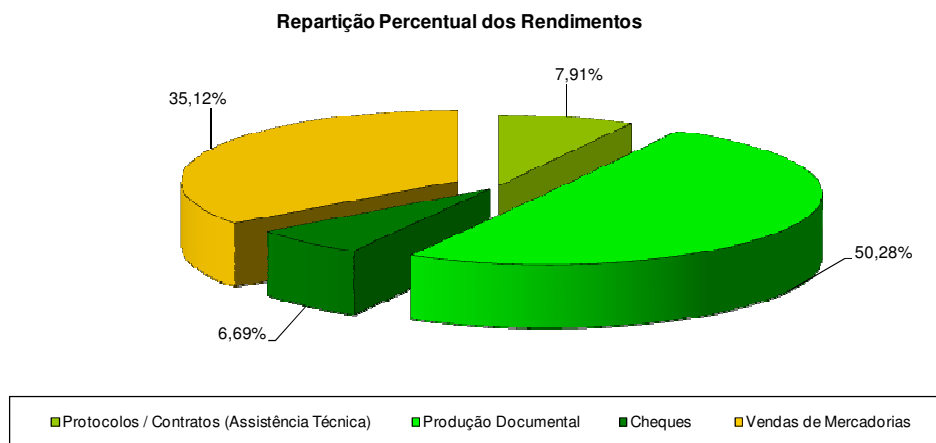


Quanto à Prestação de Serviços, e comparativamente com 2013, e conforme esperado, em virtude da significativa redução de preçário no serviço de produção documental (aprovada pela Direcção da FENACAM), registamos uma quebra de rendimentos na ordem dos 18,3% (no valor de 619.157€).

Registamos um crescimento na ordem dos 12,9% (no valor de 49.769€) na rubrica dos Protocolos/Contratos (Assistência Técnica), situação para a qual contribuiu a diversificação dos serviços, bem como por via da prestação de assistência técnica aos equipamentos de tratamento de dinheiro, em virtude da adaptação destes equipamentos com a entrada da nova nota em circulação, nota de 10 Euros "Série Europa".



Em 2014, registamos a saída de um colaborador em regime de outsourcing, afecto ao serviço de produção documental, e a contratação de um colaborador para dinamização da acção comercial junto de empresas exteriores. No entanto, o número de colaboradores afectos ao quadro de pessoal manteve-se.



A estrutura de Rendimentos do SPDA corresponde na rubrica Vendas a 41,81%, e na rúbrica de Serviços representa 58,19% do total dos Rendimentos. De registar pelo terceiro ano consecutivo, em que a percentagem afecta à rubrica de Serviços foi superior ao das Vendas (neste caso em 16,38%), situação que reflecte a aposta na diversificação dos serviços a prestar como forma de potenciar os níveis de receita do SPDA e da própria Federação.

SERVIÇO GABINETE TÉCNICO DE INFORMAÇÃO (GTI)

O Gabinete Técnico de Informação da FENACAM foi criado no dia 01 de Junho de 2014, tendo presente a necessidade identificada pela FENACAM e pelo Crédito Agrícola de se poder aproveitar da melhor forma as oportunidades que decorrem dos apoios financeiros comunitários que serão implementados em Portugal para o período 2014-2020 através do Portugal 2020.

O GTI tem como missão, *criar na FENACAM uma estrutura de apoio técnico às Caixas de Crédito Agrícola e à Caixa Central no âmbito da "informação, divulgação e acesso aos apoios do novo ciclo de Fundos Comunitários", com o objectivo de evoluir para um serviço integrado capaz de potenciar novas oportunidades de negócio.*

Os principais objectivos estabelecidos para o GTI traduzem-se, (i) *na promoção da disseminação e do debate de informação sobre o novo ciclo de Fundos Comunitários;* (ii) *na identificação e dinamização de potenciais projectos de referência, em áreas de negócio consideradas prioritárias e que dêem resposta às expectativas das Caixas Associadas e às necessidades dos respectivos clientes;* (iii) *no aproveitamento de eventuais oportunidades decorrentes das várias estratégias de desenvolvimento territorial em marcha, de nível local, municipal, regional ou mesmo supra-regional.*

Para a prossecução destes objectivos, GTI desenvolveu durante o ano de 2014, no âmbito das suas competências e actividade, um conjunto de acções que se estruturam da seguinte forma:

20

Divulgação e Informação

No âmbito das suas competências no que se refere à divulgação de informação junto do Crédito Agrícola, seus associados e clientes, relativa ao novo período de programação de Fundos Comunitários, com particular destaque para os incentivos decorrentes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Realização de 6 seminários de âmbito nacional e regional, organizados pela FENACAM, em parceria com a CONFAGRI e alguns por iniciativa das Caixas Agrícolas, no sentido de divulgar as várias oportunidades de financiamento que decorrem da publicação do Acordo de Parceria e da programação dos Programas Operacionais que foi sendo comunicada pelas várias Autoridades de Gestão. Os seminários foram os seguintes:
 - 1º Simpósio do Crédito Agrícola – Feira Nacional de Agricultura, Santarém;
 - Seminário Crédito Agrícola “CA Contributo para o Desenvolvimento Económico das Regiões” – FACECO – São Teotónio;

- Conferência Crédito Agrícola "Desenvolvimento e Sustentabilidade do Sector Agrícola, Alimentar e Florestal no Contexto do Novo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014/2020" – Pombal;
 - Seminário "As Caixas Agrícolas e a abordagem LEADER" – Fátima;
 - CONFAGRI "Encontro Nacional de Técnicos" – Fátima;
 - Seminário "Portugal 2020 – Novos Sistemas de Incentivos à Economia" – Azambuja.
- Realização de 2 acções de formação, uma na CCAM de Bragança e Alto Douro e a outra na CCAM Ribatejo Norte e Tramagal, promovidas pelo GTI a pedido das Caixas Agrícolas, no sentido de capacitar os colaboradores das Caixas com informação relativa aos Fundos Comunitários e à programação nacional relacionada com o Portugal 2020.
 - Publicadas 4 Newsletters do Gabinete Técnico de Informação desde Julho de 2014, impressas e enviadas diversas cópias aos Conselhos de Administração de todas as Caixas Agrícolas associadas.

As Newsletters do GTI abordam não só a informação mais relevante disponível sobre os Fundos Comunitários no âmbito do actual quadro de programação denominado Portugal 2020 (nas suas diversas temáticas e Fundos), como também as acções de relevo relacionadas com o trabalho do GTI, da FENACAM e do Crédito Agrícola nesses domínios.

As duas primeiras edições da Newsletter do GTI foram bimensais (Julho/Agosto e Setembro/Outubro), tendo passado a edições mensais a partir de Novembro, consequência de uma maior regularidade de informação disponível sobre os Fundos Comunitários.

As edições da Newsletter do GTI foram também publicadas digitalmente no sítio da FENACAM no "CAIS" do Crédito Agrícola e enviadas a partir de 2015 por correio electrónico para todos os subscritores.

Assistência Técnica

Um dos objectivos do GTI é a criação de uma Bolsa de Recursos Técnicos que seja capaz de prestar o apoio necessário aos clientes do Crédito Agrícola na elaboração de candidaturas aos diversos concursos públicos decorrentes dos Fundos Comunitários. Nesta área foram dados em 2014 os primeiros passos para a criação da Bolsa.

Foram realizadas duas reuniões com a CONFAGRI no sentido de se aprofundar a colaboração que existe com a FENACAM e de se poder incluir na Bolsa da FENACAM os recursos técnicos já existentes no CONFAGRI-Project.

Foram elaborados, após diversas interacções com a Direcção da FENACAM, três minutas de protocolo que se pretende que venham a ser estabelecidos entre a FENACAM e os recursos técnicos externos ao Crédito Agrícola, entre a FENACAM e as Caixas Agrícolas e entre a FENACAM e a CONFAGRI, no sentido de uma melhor gestão e funcionamento da Bolsa da FENACAM.

Foi feita uma consulta ao mercado para se seleccionar uma empresa que pudesse apoiar tecnicamente a FENACAM na criação de um sistema de informação que permita gerir com alguns automatismos a bolsa de recursos técnicos que está a ser criada, não só na gestão da informação com os recursos externos, como com as CCAM e com a CONFAGRI, bem como no apoio na monitorização do trabalho desenvolvido pelos recursos técnicos, em particular os externos, como também na relação entre os recursos da Bolsa e os clientes do Crédito Agrícola que vierem a contratar esses serviços.

Realizaram-se também diversos contactos com entidades externas identificadas através do levantamento que o GTI fez junto das Caixas Agrícolas, na sequência do inquérito interno realizado em meados de 2014, bem como através de uma primeira pesquisa ao mercado. Estes primeiros contactos, na sua generalidade por via telefónica, foram efectuados no sentido de aferir o interesse destes recursos externos em participarem na Bolsa da FENACAM, tendo-se obtido respostas bastante positivas. Prevê-se em 2015 iniciar a celebração dos protocolos com algumas destas empresas.

No âmbito ainda da assistência técnica prestada pelo GTI em 2014, este Gabinete esteve presente em 7 reuniões de trabalho com as CCAM, nuns casos por iniciativa da FENACAM, noutros a pedido das respectivas Caixas Agrícolas, nas quais se discutiram e trabalharam não só formas de colaboração entre as Caixas e a FENACAM/GTI, como também a intensificação de parcerias com outros atores locais. Na generalidade das reuniões os assuntos discutidos tiveram como foco a forma como potenciar um melhor aproveitamento das sinergias que decorrem da execução dos apoios previstos nos Fundos Comunitários, de intervenção regional, e a importância do Crédito Agrícola no desenvolvimento socioeconómico desses territórios. Durante 2014 foram realizadas as seguintes reuniões de trabalho:

- FENACAM/GTI, CCAM de Ferreira do Alentejo e ADRAL (que incluiu outras CCAM do Alentejo);
- FENACAM/GTI e CCAM do Ribatejo Norte e Tramagal;
- FENACAM/GTI, CCAM de Salvaterra de Magos;
- FENACAM/GTI e CCAM da Azambuja;
- FENACAM/GTI, Caixa Central e Federação Minha Terra;
- FENACAM/GTI e CCAM de São Teotónio (que incluiu a Câmara Municipal de Odemira, a TAIPA Odemira - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento

Integrado; a ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e a Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste);

- FENACAM/GTI e a CCAM da Beira Centro (que incluiu a ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e a DUECEIRA – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça).

O GTI participou também, em Julho de 2014, numa audiência solicitada pela CONFAGRI com Sua Excelência o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional Dr. Manuel Castro Almeida, na qual foi discutido um conjunto de questões de programação do actual Programa de Desenvolvimento Rural e de outros Programas estabelecidos no Portugal 2020 que são do interesse do Crédito Agrícola, tendo o GTI prestado alguns contributos para a discussão, muito focados no âmbito das temáticas que são suas competências (FEDER e FSE).

Crédito Agrícola Awards

O GTI tem igualmente como objectivo, prestar o necessário apoio técnico à Direcção da FENACAM na criação e desenvolvimento de um sistema de prémios com a finalidade do reconhecimento e premiação da excelência do trabalho desenvolvido pela Crédito Agrícola Nacional.

Neste âmbito pretende a FENACAM criar dois tipos de prémios: (i) Prémios para os melhores projectos financiados pelas Caixas Agrícolas Associadas; e (ii) Prémios para o melhor desempenho anual das Caixas Agrícolas Associadas.

Durante 2014, o GTI preparou, após algumas reuniões com a Direcção da FENACAM, uma primeira versão do Regulamento relativo ao concurso para premiar os melhores projectos financiados pelas Caixas Agrícolas Associadas.

No final de 2014, ficou estabelecido que esse concurso seria devidamente articulado com a Caixa Central, pelo que se prevê um novo desenvolvimento deste regulamento em 2015.

Não houve neste ano de 2014 prestação de serviços remunerados, pelo que não houve receitas da FENACAM afectas a este Serviço.

O quadro de pessoal do GTI é composto apenas por um colaborador, o seu Coordenador.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações detidas pela FENACAM à data de **31/12/2014** são as seguintes:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS							
Entidade	Acções	Valor	Valor Unit.	% Capital	Valor	Ajustamento	Valor
	Nº	Nominal (€)	Aquisição (€)	Detido	Total (€)	Existente (€)	Líquido (€)
CONFAGRI	2.800	5,00	5,00	15,76%	14.000,00	0,00	14.000,00
SUCRAL	12.254	25,00	26,91	8,94%	329.742,38	(61.882,91)	391.625,29
MAP	82.535	5,00	2,67	5,42%	220.238,36	0,00	220.238,36
ADRAL	400	4,99	4,99	0,40%	1.996,00	0,00	1.996,00
HORTOBELI	600	24,94	24,94	10,00%	14.963,94	(14.963,94)	0,00
					580.940,68	(76.846,85)	504.093,83

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

Tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo.

A FENACAM tem representação na Assembleia Geral da CONFAGRI através de 20 delegados (Órgãos Sociais da Federação, diversas CCAM representativas das principais zonas geográficas do país e 3 personalidades de honra do CA). A Federação tem ainda participação efectiva em todos os Órgãos Sociais da Confederação, detendo a Vice-Presidência da Direcção e as Presidências da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.

MAP – Mercado Abastecedor do Porto, S.A.

Esta sociedade é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. A Federação integra o Conselho Fiscal desta participada. A Federação adquiriu no ano de 2014 mais 1221 acções desta sociedade no valor total de € 18.315,00.

SUCRAL – Sociedade Industrial de Açúcar, S.A.

Empresa criada em 1986 pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em parceria com o IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A., com a finalidade de proceder ao estudo de viabilidade de utilização da quota de açúcar de beterraba atribuída a Portugal Continental pela Comunidade Europeia.

Não obstante o seu objecto ser a produção industrial e a comercialização de açúcar e produtos derivados, actualmente a sua actividade resume-se à administração da participação

social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar.

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

Com 10 anos de existência, a ADRAL é uma estrutura regional onde participam actualmente 68 parceiros/accionistas públicos e privados, com experiência relevante em todos os sectores de actividade económica, empresarial, social, de investigação e desenvolvimento, sendo profundos conhecedores da realidade regional alentejana. Uma das suas principais tarefas é a cooperação com todos os actores locais, promovendo iniciativas comuns e projectos conjuntos, visando a promoção, divulgação e desenvolvimento do Alentejo.

A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade.

HORTOBELI – Sociedade Hortoflorifruticultura do Mercado de Origem da Beira Litoral, S.A.

A FENACAM detém 10% desta sociedade que, apesar de não ter sido encerrada, não apresenta qualquer movimento desde a inscrição inicial (ainda provisória) em 1989, razão pela qual se encontra ajustada pela totalidade desde 2001.

RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS

	Euros		
	2012	2013	2014
Resultados Operacionais	584.954,63	735.137,47	179.096,33
Resultados Financeiros	11.962,06	19.960,84	19016,69
RESULTADO LÍQUIDO	389.636,83	508.407,18	91.220,46

A Federação encerrou o exercício de **2014** com um **Resultado Líquido positivo** de **91.220,46 euros**.

Com vista a permitir uma melhor apreciação das demonstrações financeiras, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas às principais rubricas:

Rendimentos

Vendas

Esta rubrica reflecte as vendas da área de Aprovisionamento do SPDA às CCAM e Empresas do Grupo e apresentou uma descida de 23% em relação a 2013. A sua evolução é a que se pode observar no quadro seguinte:

	Euros					
	Evolução do Resultado Bruto das Vendas					
	2012	% $\Delta_{12/11}$	2013	% $\Delta_{13/12}$	2014	% $\Delta_{14/13}$
Vendas Mercadorias	2.035.553,50	-14%	2.497.294,92	22%	1.934.447,34	-23%
Custo Mercadorias	-1.593.933,13	-14%	-1.983.270,65	24%	-1.540.352,74	-22%
Resultado Bruto	441.620,37	-12%	514.024,27	16%	394.094,60	-23%
% Margem Bruta	22%		21%		20%	

Na rubrica de Vendas, está também incluída a venda de cheques, tendo totalizado em 2014 um montante de 368.540,01 euros.

Prestações de Serviços

Euros

Evolução das Prestações de Serviços						
SATA	2012	% r _{12/11}	2013	% r _{13/12}	2014	% r _{14/13}
Avaliações	891.220,33	1%	938.083,13	5%	816.252,38	-13%
Assistência Técnica CCAM	2.369,30	41%	1.621,10	-32%	436,45	-73%
Peritagens	---		---		5.715,00	
Certificação Energética/Outros	2.488,01	64%	16.333,10	556%	441,17	-97%
TOTAL SATA	910.302,64	3%	960.274,33	5%	822.845,00	-14%

SPDA	2012	% r _{12/11}	2013	% r _{13/12}	2014	% r _{14/13}
Protocolos SPDA	237.733,47	47%	385.992,87	62%	435.761,98	13%
CPD - Centro Prod. Documental	3.259.256,78	8%	3.388.209,47	4%	2.769.099,52	-18%
TOTAL SPDA	3.496.990,25	9%	3.774.202,34	7%	3.204.861,50	-15%

SAUD	2012	% r _{12/11}	2013	% r _{13/12}	2014	% r _{14/13}
Auditorias a n/ associadas	---		---		83.538,27	
TOTAL SAUD					83.538,27	

TOTAL DOS SERVIÇOS	2012	2013	2014	% r _{14/13}
	4.407.292,89	4.734.476,67	4.027.706,50	-15%

27

O valor global desta rubrica apresentou um decréscimo de 15% face ao realizado em 2013, e inferior em 13,4% ao orçamentado com o seguinte detalhe:

Os proveitos totais do **SATA** apresentam um decréscimo de 14,% em 2014 face ao ano anterior.

O valor dos proveitos resultantes dos **Protocolos SPDA**, serviço prestado às CCAM, beneficiando de acordos com diversos fornecedores a nível de assistência a equipamentos e destruição de documentos, apresentou um crescimento de 13% relativamente a 2013 e de 112,6% acima do orçamentado.

Os proveitos afectos ao **Centro de Produção Documental (CPD)**, apresentaram um decréscimo de 18% face ao ano anterior e 7,5% acima do orçamentado.

O valor dos proveitos do **SAUD** compreendem auditorias facturadas a 4 CCAM's não associadas. A CCCAM comparticipa nos custos do SAUD com 203.252,03 euros (250.000,00 euros com IVA incluído)

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica contém os seguintes rendimentos e ganhos:

- Quotização Estatutária – 888.648,83 euros;

A quotização anual devida pelas CCAM associadas, conforme redacção actual do Art. 33º dos Estatutos, foi a seguinte:

- Fixa – 2.500,00 euros;
- Variável – percentagem, definida anualmente, sobre o activo líquido das CCAM, e que no ano de 2014 correspondeu a 0,0061358%.

Euros

	Evolução da Quotização Estatutária								
	2012			2013			2014		
	Nº CCAM Associadas	Valor	% r _{12/11}	Nº CCAM Associadas	Valor	% r _{13/12}	Nº CCAM Associadas	Valor	% r _{14/13}
Quotização	79	195.157,10	-4%	78	193.452,05	-1%	76	187.500,00	-3%
Fixa									
Quotização Variável		704.002,64	-33%		628.547,30	-11%		576.148,83	-9%
Quotização Caixa Central		125.000,00	<i>n.a.</i>		125.000,00	0%		125.000,00	0%
Total		1.024.159,74	-5%		946.999,35	-8%		888.648,83	-7%

28

Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os Juros e Rendimentos Similares Obtidos, tiveram um ligeiro decréscimo devido a uma diminuição da remuneração das aplicações financeiras.

Gastos

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)

Esta rubrica pode dividir-se do seguinte modo:

Euros

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
	2012	2013	2014
Consumo de Mercadorias			
Aprovisionamento	1.593.933,13	1.983.270,65	1.540.352,74
% Vendas	78%	79%	79%
Consumo de Matérias Primas			
CPD – Centro Produção Documental	244.400,85	151.533,83	89.404,21
% Proveitos CPD	8%	5%	3%
TOTAL	1.838.333,98	2.134.804,48	1.629.756,95

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica teve uma redução de 8% face a 2013, maioritariamente pelo decréscimo dos Trabalhos Especializados.

Da análise à estrutura de FSE constata-se que em 2013 as rubricas com maior expressão são, por esta ordem, Trabalhos Especializados (64%), Deslocações e Estadas (10%), Conservação e Reparação de Viaturas, Equipamentos e Instalações (7%) e Comunicações (3%).

Gastos com o Pessoal

Os Gastos com pessoal apresentam um ligeiro agravamento na ordem dos 5,6% com a contratação de 2 colaboradores: um para o SPDA e outro com a criação do Gabinete Técnico de Informação (GTI)

Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica estão registadas os seguintes valores mais significativos:

- Quotizações pagas a outras entidades nacionais (CONFAGRI) e internacionais (IRU, CICA, OCPLP e AEBC) a que a Federação se encontra associada – 20.044,74 euros;
- Quebras de inventários face à destruição de obsoletos – 17.763,46 euros;

Gastos/Reversões Depreciação e Amortização

As amortizações do exercício foram efectuadas respeitando as taxas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, não tendo sido efectuadas quaisquer amortizações extraordinárias.

Relativamente às viaturas foi utilizada uma taxa inferior (20%) à taxa máxima do decreto (25%), atendendo ao período instituído de utilização (5 anos).

Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica diz respeito aos bens adquiridos em regime de locação financeira, tendo sofrido um decréscimo significativo devido ao facto de alguns contratos se encontrarem em fim de vigência.

Imposto Estimado

O imposto sobre o rendimento do exercício foi estimado de acordo com o Código do IRC.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De harmonia com as percentagens definidas no Art.º 39 dos Estatutos da FENACAM, propõe-se que o **Resultado Líquido positivo** do exercício de **2014**, no montante de **91.220,46 (noventa e um mil duzentos e vinte euros e quarenta e seis cêntimos)** seja aplicado da seguinte forma:

Proposta de Aplicação de Resultados 2014			Euros
Reservas Legais	20%	18.244,09	
Reservas Educação e Formação Cooperativa	5%	4.561,02	
Transferência para Resultados Transitados		68.415,35	
			91.220,46

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as entidades que connosco colaboraram, nomeadamente às entidades oficiais e, em especial, às Caixas Agrícolas nossas associadas e também à Caixa Central e Empresas do Grupo CA.

Agradecemos ainda aos Colaboradores da Federação pelo empenho, profissionalismo, e responsabilidade no cumprimento das suas funções.

Prior Velho, 27 de Fevereiro de 2015.

A DIRECÇÃO

Presidente

Francisco João Bernardino da Silva
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Azambuja

Vice-Presidente

Arnaldo Filipe Rodrigues dos Santos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte e Tramagal

Vogal

César da Silva Ferreira
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos

Vogal

João Manuel Correia da Saúde
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

Vogal

António Manuel Nobre Louçã
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balanço

FENACAM - FEDERAÇÃO CAIXAS CREDITO AGRICOLA MUTUO FCRL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em euros)

	Notas	2014	2013
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	2.710.815	2.905.263
Activos intangíveis	6	80.284	49.853
Participações financeiras - outros métodos	7	504.443	486.098
Activos por impostos diferidos	8	165.399	167.346
Total dos Activos Não Correntes		3.460.941	3.608.559
Inventários	9	284.018	240.071
Clientes	10	1.780.677	1.596.103
Adiantamentos a fornecedores		188	140
Estado e outros entes públicos	11	336.987	-
Outras contas a receber	12	39.845	267.304
Diferimentos	13	92.689	101.023
Activos financeiros detidos para negociação	4.2	-	304.451
Caixa e depósitos bancários	4.2	1.695.176	1.226.211
Total dos Activos Correntes		4.229.580	3.735.302
Total dos Activos		7.690.521	7.343.861
Capitais Próprios			
Capital realizado	14	496.115	496.190
Reservas legais	15	1.419.124	1.317.443
Outras reservas	15	1.009.222	983.801
Resultados transitados	15	2.264.170	1.879.644
		5.188.631	4.677.079
Resultado líquido do exercício		91.220	508.407
Total dos Capitais Próprios		5.279.851	5.185.486
Passivo			
Provisões	16	348.244	356.895
Financiamentos obtidos	17	4.808	21.458
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	70.920	66.956
Passivos por impostos diferidos	8	-	3.220
Total dos Passivos Não Correntes		423.972	448.528
Fornecedores	20	1.203.781	781.674
Estado e outros entes públicos	11	314.287	397.518
Financiamentos obtidos	17	23.664	38.582
Outras contas a pagar	19	390.039	427.856
Diferimentos	13	54.927	64.217
Total dos Passivos Correntes		1.986.698	1.709.847
Total do Passivo		2.410.670	2.158.375
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		7.690.521	7.343.861

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO

Demonstração dos resultados por naturezas

FENACAM - FEDERAÇÃO CAIXAS CREDITO AGRICOLA MUTUO FCRL

Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2014	2013
Vendas de mercadorias e Serviços Prestados	21	6.617.484	7.633.472
Subsídios à exploração	22	173	250.000
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	20.634	20.329
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1.783.208)	(2.311.623)
Fornecimentos e serviços externos	23	(2.192.698)	(2.386.653)
Gastos com o pessoal	24	(3.385.869)	(3.196.155)
Provisões (aumentos/reduções)	16	8.651	(11.558)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(319)	(255)
Aumentos/reduções de justo valor	4.2	7.329	4.451
Outros rendimentos e ganhos	25	1.168.350	1.047.174
Outros gastos e perdas	26	(52.732)	(61.085)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		407.795	988.096
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(228.699)	(252.958)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		179.096	735.137
Juros e rendimentos similares obtidos	27	19.936	21.467
Juros e gastos similares suportados	27	(919)	(1.506)
Resultado antes de impostos		198.113	755.098
Imposto sobre o rendimento do período	28	(106.893)	(246.691)
Resultado líquido do período		91.220	508.407

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

FENACAM - FEDERAÇÃO CAIXAS CREDITO AGRICOLA MUTUO FCRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
			Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 31 de Dezembro de 2012	1	Notas	496.190	-	1.239.515	964.320	1.584.197	-	389.637	4.673.859
Alterações no período										
Ajustamentos por impostos diferidos			-		-	-	3.220		-	3.220
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-		77.928	19.481	292.228		(389.637)	-
	2		-	-	77.928	19.481	295.448	-	(389.637)	3.220
Resultado Líquido do Período	3								508.407	508.407
Resultado Integral	4 = 2 + 3								508.407	5.185.486
Operações com detentores de capital próprio										
Outras operações	5		-	-	-	-	-	-	-	-
			-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de Dezembro de 2013	6 = 1 + 2 + 3 + 5	14 e 15	496.190	-	1.317.443	983.801	1.879.645	-	508.407	5.185.486

FENACAM - FEDERAÇÃO CAIXAS CREDITO AGRICOLA MUTUO FCRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 31 de Dezembro de 2013	6 = 1 + 2 + 3 + 5	496.190	-	1.317.443	983.801	1.879.645	-	508.407	5.185.486
Alterações no período									
Ajustamentos por impostos diferidos		-		-	-	3.220		-	3.220
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-		101.681	25.421	381.305		(508.407)	-
	2	-	-	101.681	25.421	384.525	-	(508.407)	3.220
Resultado Líquido do Período	3							91.220	91.220
Resultado Integral	4 = 2 + 3							(417.187)	94.440
Operações com detentores de capital próprio									
Outras operações		(75)		-	-	-		-	(75)
	5	(75)	-	-	-	-	-	-	(75)
Posição em 31 de Dezembro de 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5	496.115	-	1.419.124	1.009.222	2.264.170	-	91.220	5.279.851

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO

Demonstração de fluxos de caixa

FENACAM - FEDERAÇÃO CAIXAS CREDITO AGRICOLA MUTUO FCRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		12.699.489	13.222.799
Pagamentos a fornecedores		(9.641.775)	(10.346.806)
Pagamentos ao pessoal		(2.551.327)	(2.776.119)
Caixa gerada pelas operações		<u>506.387</u>	<u>99.874</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(276.305)	(135.545)
Outros recebimentos/pagamentos		7.115	-
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>237.197</u>	<u>(35.671)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(17.272)	(121.694)
Activos intangíveis		(45.987)	-
Investimentos financeiros		(18.315)	-
Recebimentos provenientes de:			
Outros activos		11.157	70.560
Juros e rendimentos similares		15.084	21.467
Dividendos		15.246	20.329
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(40.087)</u>	<u>(9.338)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(31.568)	(52.885)
Juros e gastos similares		(953)	(1.506)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(75)	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(32.596)</u>	<u>(54.391)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>164.514</u>	<u>(99.400)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>1.530.662</u>	<u>1.630.063</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>1.695.177</u>	<u>1.530.662</u>
Detalhe de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	4	1.500	1.750
Descobertos bancários	4	-	-
Depósitos bancários	4	1.693.676	1.224.461
Outras aplicações de tesouraria	4	-	304.451
		<u>1.695.176</u>	<u>1.530.662</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

1. Introdução

A FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL (referida neste documento como “FENACAM” ou “Federação”), com sede no Edifício Sagres – Piso 7, no Prior Velho, encontra-se registada na conservatória do registo comercial de Lisboa sob o nº 500 831 732, tendo sido constituída em 29 de Novembro de 1978 por um grupo inicial de cerca de 25 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM). Actualmente são associadas da FENACAM uma larga maioria das CCAM existentes.

O objecto social consiste, de forma resumida: (i) na promoção do desenvolvimento das associadas por todos os meios ao seu alcance, realizando e coordenando as actividades de comum interesse; (ii) velar pela obediência aos princípios e à especificidade do sistema cooperativo do Crédito Agrícola Mútuo; (iii) promoção do apoio técnico e formativo às Caixas Agrícolas; (iv) divulgação e publicitação do Crédito Agrícola Mútuo; (v) representação das Caixas Agrícolas e defesa dos seus interesses comuns junto de todas as entidades públicas, privadas e cooperativas com competência, fins ou actividades conexas com o Crédito Agrícola Mútuo; (vi) organização e manutenção em funcionamento de um serviço de auditoria às Caixas Agrícolas, nos termos da legislação vigente; e (vii) celebrar convenções colectivas de trabalho em representação das Caixas Agrícolas suas associadas e da Caixa Central.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direcção, na reunião de 27 de Fevereiro de 2015. É opinião da Direcção que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da FENACAM, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

37

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela FENACAM, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direcção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na *Nota 3.21*.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A FENACAM adoptou as NCRF, emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a FENACAM preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FENACAM e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

(iii) Cotações utilizadas

Não existiram transacções e/ou saldos expressos em moeda estrangeira para os exercícios apresentados.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para SNC, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de activos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 2 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Taras e vasilhame	7 anos
Outros activos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objectivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas de acordo com o modelo de custo depreciado, o qual é aplicado a todos os activos classificados como propriedades de investimento.

Justo valor

De acordo com os normativos contabilísticos adoptados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efectuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

3.4. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente reflectem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

A FENACAM valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Activos intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.5. Imparidade de activos

Os activos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Activos financeiros

A Direcção determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros que (i) em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A FENACAM classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A FENACAM avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se aos produtos comercializados pela FENACAM, objecto de parte da sua actividade económica.

São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.8. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou vendas no decurso normal do negócio da FENACAM. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 12 meses.

3.10. Capital social

O Capital social da FENACAM é representado por 99.223 títulos de capital nominativos de 5 euros.

3.11. Passivos financeiros

A Direcção determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquidos de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a FENACAM possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e **42** que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Benefícios aos empregados

A FENACAM concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência, e assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego (doravante designado de plano de pensões). Adicionalmente, assegura aos seus empregados que completem 15,25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade.

➤ Plano de Pensões da FENACAM

Os complementos de reforma, sobrevivência e cuidados de saúde atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e saúde, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

➤ **Plano de Prémios de Antiguidade da FENACAM**

As responsabilidades assumidas referentes aos prémios de antiguidade constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de prémios de antiguidade são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma e saúde apresentado acima, excepto no que se refere aos activos do plano.

Reconhecimento dos desvios actuariais

Os desvios actuariais resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos actuariais.

A FENACAM reconhece todos os ganhos e perdas actuariais apurados, de todos os planos em vigor, directamente nos resultados do exercício.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a FENACAM divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

43

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.16. Subsídios

A FENACAM reconhece os subsídios do Governo, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados. Adicionalmente e uma vez que os subsídios atribuídos à entidade não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, já que os mesmos são sujeitos a tributação, a quantia contratualizada com a entidade gera um aumento do capital próprio e a necessidade de reconhecimento do efeito fiscal associado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada são descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.17. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a FENACAM detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação, quando a FENACAM não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da actividade da Sociedade. O rédito da prestação de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a FENACAM; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito é apresentado líquido de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré-pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução do rédito, e são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos e/ou provisões apropriadas. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a FENACAM tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da FENACAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direcção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A FENACAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2 Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade.

3.21.3 Activos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos em questão, considerando também as práticas adoptadas pelo mercado.

3.21.4 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da FENACAM, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à FENACAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direcção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de caixa

4.1. - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A FENACAM não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2014	2013
Numerário		
- Caixa	1.500	1.750,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	562.739	143.524,00
- Depósitos a prazo	1.130.937	1.080.938,00
- Outros depósitos	0	0,00
- Outras aplicações de tesouraria	0	304.451,00
	1.693.676	1.528.912
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.695.176	1.530.662

A rubrica Outras de Aplicações de Tesouraria, diz respeito à aplicação de excedentes de tesouraria no Fundo Raiz Rendimento gerido pela CA Gest (aberto ao público em geral), no montante de 300.000 euros, 43.043,45955 Unidades de Participação (U.P.), com um valor por U.P. de 6,96970 (subscrição única a 22/08/2013). Durante o exercício de 2014, foi registado um rendimento de 7.329 euros por aumento de justo valor e ainda o seu resgate total.

5. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2014						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	
Valor Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.311.436	753.752	632.380	429.444	148.040	-	5.275.052
Aumentos		3.824	-	6.463		6.985	17.272
Transferências e abates	-	-	-	6.985	-	(6.985)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3.311.436	757.576	632.380	442.892	148.040	-	5.292.324
Depreciações							
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	724.900	612.541	605.177	351.961	75.210	-	2.369.789
Aumentos	105.875	40.743	21.134	27.237	17.393	-	212.382
Regularizações/ Reclassificações	(97)	(565)	-	-	-	-	(662)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	830.678	652.719	626.311	379.198	92.603	-	2.581.509
Valor líquido	2.480.758	104.857	6.069	63.694	55.437	-	2.710.815

2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Valor Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.280.391	676.080	632.380	425.164	140.887	10.946	5.165.848
Aumentos	31.045	88.447	-	4.701	7.154	-	131.346
Transferências e abates		(10.775)		(421)		(10.946)	(22.142)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.311.436	753.752	632.380	429.444	148.041	-	5.275.052
Depreciações							
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	613.763	579.263	575.577	326.718	57.320	-	2.152.640
Aumentos	111.137	44.053	29.601	25.664	17.890	-	228.345
Transferências e abates	-	(10.775)	-	(421)	-	-	(11.196)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	724.900	612.541	605.178	351.961	75.210	-	2.369.789
Valor líquido	2.586.536	141.211	27.202	77.483	72.831	-	2.905.263

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor líquido dos activos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor bruto:		
Equipamento básico	112.596	112.596
Equipamento de transporte	407.031	407.031
	<u>519.627</u>	<u>519.627</u>
Depreciações acumuladas:		
Equipamento básico	(112.596)	(112.596)
Equipamento de transporte	(407.031)	(388.931)
	<u>(519.627)</u>	<u>(501.527)</u>
	<u>-</u>	<u>18.100</u>

As depreciações dos activos fixos tangíveis do exercício 2014 findo em 31 de Dezembro de 2014 encontram-se reconhecidas na rubrica “Depreciações do exercício”.

6. Activos intangíveis

O valor dos intangíveis diz respeito aos softwares adquiridos para suporte das actividades da Empresa. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2014</u>		
	<u>Software</u>	<u>Activos Intangíveis em Curso</u>	<u>Total</u>
Valor Bruto			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	212.305	30.306	242.611
Aumentos	4.013	41.974	45.987
Transferências	59.963	(59.963)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>276.281</u>	<u>12.317</u>	<u>288.598</u>
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	192.758	-	192.758
Amortizações do período	16.317	-	16.317
Regularizações/ Reclassificações	(761)	-	(761)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>208.314</u>	<u>-</u>	<u>208.314</u>
Valor líquido	67.967	12.317	80.284

	2013		
	Software	Activos Intangíveis em Curso	Total
Valor Bruto			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	211.108	17.989	229.097
Aumentos	1.197	12.317	13.514
Regularizações/ Reclassificações	-		-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	212.305	30.306	242.611
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	168.145	-	168.145
Amortizações do período	24.614	-	24.614
Regularizações/ Reclassificações	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	192.759	-	192.758
Valor líquido	19.546	30.306	49.853

7. Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos, como segue:

	2014		2013	
	% detida	Valor	% detida	Valor
Investimentos noutras empresas:				
CONFAGRI, CCRL	15,76%	14.000	15,76%	14.000
SUCRAL, S.A.	8,94%	267.859	8,94%	268.178
MAP, S.A.	5,50%	220.239	5,42%	201.923
ADRAL, S.A.	0,40%	1.996	0,40%	1.996
HORTOBELI, S.A.	10,00%	-	10,00%	-
		504.094		486.098
Outros investimentos financeiros:				
Fundo de compensação do trabalho		349		
Total		504.443		486.098

A CONFAGRI, CCRL tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

A SUCRAL S.A., empresa criada em 1986 pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em parceria com o IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A., com a finalidade de proceder ao estudo de viabilidade de utilização da quota de açúcar de beterraba atribuída a Portugal Continental pela Comunidade Europeia. Não obstante o seu objecto ser a produção industrial e a comercialização de açúcar e produtos derivados,

actualmente a sua actividade resume-se à administração da participação social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O MAP, S.A. (Mercado Abastecedor do Porto) é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

A ADRAL, S.A. tem como objecto social a promoção do desenvolvimento regional do Alentejo e o fortalecimento da sua base económica e produtiva, em cooperação com os demais agentes e entidades da região, do País ou de outros países, nomeadamente dos que integram a União Europeia, cuja actividade concorra para o mesmo fim. A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade. Esta participação encontra-se valorizada ao custo, deduzida de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Na HORTOBELI S.A., a FENACAM detém 10% do capital social. Esta sociedade apesar de não ter sido encerrada, não apresenta qualquer movimento desde a inscrição inicial (ainda provisória) em 1989, razão pela qual se encontra ajustada pela totalidade desde 2001.

51

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	<u>CONFRAGI, CCRL</u>	<u>SUCRAL, S.A.</u>	<u>MAP, S.A.</u>	<u>ADRAL, S.A.</u>	<u>HORTOBELI, S.A.</u>	<u>TOTAL</u>
1 de Janeiro de 2013	14.000	268.433	201.923	1.996	-	486.352
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	(255)	-	-	-	(255)
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2013	<u>14.000</u>	<u>268.178</u>	<u>201.923</u>	<u>1.996</u>	<u>-</u>	<u>486.098</u>
1 de Janeiro de 2014	14.000	268.178	201.923	1.996	-	486.098
Aquisições	-	-	18.315	-	-	18.315
Imparidade	-	(319)	-	-	-	(319)
Alienações	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2014	<u>14.000</u>	<u>267.859</u>	<u>220.238</u>	<u>1.996</u>	<u>-</u>	<u>504.094</u>

Tendo em conta que a informação financeira relativa a 2013, não estava disponível aquando da elaboração do Anexo de 2012, o impacto da mesma foi reconhecido em 2014. À data da elaboração deste Anexo, à semelhança do ano anterior, a FENACAM ainda não dispõem de informação financeira do ano de 2014 relativamente às participadas.

8. Activos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Capital próprio		
Imposto diferido	3.220	3.220
	<u>3.220</u>	<u>3.220</u>
Demonstração de resultados		
Imposto diferido	1.947	(3.063)
Imposto corrente	104.946	249.754
	<u>106.893</u>	<u>246.691</u>

Impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impacto na demonstração de resultados		
Activos por impostos diferidos	(1.947)	3.063
Passivos por impostos diferidos	-	-
	<u>(1.947)</u>	<u>3.063</u>
Impacto no capital próprio		
Activos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos diferidos	(3.220)	(3.220)
	<u>(3.220)</u>	<u>(3.220)</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>(5.167)</u>	<u>(157)</u>

52

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como segue:

Activos por impostos diferidos - movimento do ano

	<u>Provisões</u>	<u>Pensões</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2014	97.778	69.568	167.346
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	(1.947)	-	(1.947)
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	<u>(1.947)</u>	<u>-</u>	<u>(1.947)</u>
A 31 de Dezembro de 2014	<u>95.831</u>	<u>69.568</u>	<u>165.399</u>

	<u>Provisões</u>	<u>Pensões</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2013	94.715	69.568	164.283
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	3.063	-	3.063
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	<u>3.063</u>	<u>-</u>	<u>3.063</u>
A 31 de Dezembro de 2013	<u>97.778</u>	<u>69.568</u>	<u>167.346</u>

Passivos por impostos diferidos - movimento do ano

	<u>Provisões</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2014	3.220	3.220
Período findo em 31 de Dezembro		
Constituição/reversão por capital	(3.220)	(3.220)
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	-	-
Movimento do período	<u>(3.220)</u>	<u>(3.220)</u>
A 31 de Dezembro de 2014	<u>-</u>	<u>-</u>

53

	<u>Provisões</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2013	6.440	6.440
Período findo em 31 de Dezembro		
Constituição/reversão por capital	(3.220)	(3.220)
Reversão por resultados	-	-
Constituição por resultados	-	-
Movimento do período	<u>(3.220)</u>	<u>(3.220)</u>
A 31 de Dezembro de 2013	<u>3.220</u>	<u>3.220</u>

9. Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mercadorias	259.753	225.933
Materiais diversos	24.265	14.138
Produtos acabados	-	-
	<u>284.018</u>	<u>240.071</u>

O custo dos inventários, reconhecidos em 2014 como gasto, está incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 1.783.208 euros.

10. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	2014		2013	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes				
Clientes - grupo i)	-	1.748.477	-	1.589.811
Clientes - outros ii)	-	32.200	-	6.292
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	1.780.677	-	1.596.103
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	1.780.677	-	1.596.103

- i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se aos saldos a receber dos clientes Caixas de Crédito (associadas e não associadas) que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Inclui também os saldos relativos a outros clientes que integram o Grupo Crédito Agrícola mas que não são Caixas de Crédito. Estes saldos decorrem das vendas e prestações de serviços efectuados pela FENACAM. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte, maioritariamente através de sistema débito directo.
- ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes diversos (inclui Caixas de Crédito Agrícola que não pertencem ao SICAM). Excepto no que respeita às Caixas de Crédito, os saldos resultam, sobretudo, de comissões debitadas pela FENACAM ao abrigo de protocolos. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Estado e outros entes públicos

Em 30 de Setembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	336.987	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>336.987</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	104.122
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	194.580	180.389
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	59.138	56.050
Segurança Social	60.569	56.957
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>314.287</u>	<u>397.518</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pagamentos por conta	171.372	135.545
Retenções na fonte	15.169	10.087
Estimativa de IRC	(104.946)	(249.754)
Recuperação de IRC de 2012 e 2013	255.392	-
	<u>336.987</u>	<u>(104.122)</u>

12. Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de outras contas a receber, é como segue:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Pessoal	-	8.946	-	12.128
Outros devedores	-	30.899	-	255.176
	-	<u>39.845</u>	-	<u>267.304</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	<u>39.845</u>	-	<u>267.304</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a FENACAM tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Seguros	33.941	35.218
Manutenção	2.466	3.555
Licenças de software	11.362	9.433
Contratos de assistência técnica	44.713	52.541
Outros gastos a reconhecer	207	275
Gastos a reconhecer (Activo)	<u>92.689</u>	<u>101.023</u>
Facturação antecipada	54.927	64.217
Rendimentos a reconhecer (Passivo)	<u>54.927</u>	<u>64.217</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

14. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social da FENACAM, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por títulos com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2014 é como segue:

	<u>% Capital</u>	<u>Número de títulos</u>	<u>Valor</u>
FENACAM	98,77%	98.000	490.000
Caixas Associadas	1,11%	1.101	5.505
Caixa Central	0,10%	100	500
Outros	0,02%	22	110
		<u>99.223</u>	<u>496.115</u>

15. Reservas e ajustamentos de partes de capital

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2013	<u>1.239.515</u>	<u>964.320</u>	<u>1.584.197</u>	<u>3.788.032</u>
Aplicação do resultado do exercício	77.927	19.482	292.228	389.637
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	3.220	3.220
31 de Dezembro de 2013	<u>1.317.442</u>	<u>983.802</u>	<u>1.879.644</u>	<u>4.180.888</u>
Aplicação do resultado do exercício	101.681	25.420	381.305	508.406
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	3.220	3.220
31 de Dezembro de 2014	<u>1.419.124</u>	<u>1.009.222</u>	<u>2.264.170</u>	<u>4.692.516</u>

Reserva legal: corresponde a 20% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 36 dos Estatutos da FENACAM;

Outras reservas: inclui (i) uma reserva estatutária no valor de 893.967,27 euros que corresponde a 5% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 36 dos Estatutos da FENACAM e que destina a educação e formação cooperativa conforme previsto no art. 70º do Código Cooperativo; e (ii) o montante de 115.255 euros referente à contrapartida de diversas doações ocorridas no passado.

Resultados transitados: Em 2008, aquando do reconhecimento inicial do Fundo de Pensões do Crédito agrícola, optou-se por derogar a DC 19 e adoptar a IAS 19. No entanto, em 2009 foram revertidos todos os registos feitos em 2008 a este propósito e reclassificados de acordo com a DC 19 e o POC. A reversão efectuada, em 2009, teve um impacto negativo nos resultados transitados de 213.889 euros, apresentado no quadro acima na linha de outros. Foram efectuados os seguintes movimentos de reversão:

	Referente a 2007	Referente a 2008	Total
ACTIVO			
Gastos a reconhecer	(320.227)	37.094	(283.133)
Activos impostos diferidos	71.175	(1)	71.174
	(249.052)	37.093	(211.959)
PASSIVO			
Credores por acréscimos de gastos	(303.968)	(11.990)	(315.958)
Provisões prémios antiguidade	293.056	24.832	317.888
	(10.912)	12.842	1.930
CAPITAL PRÓPRIO			
Resultados transitados	(238.141)	24.252	(213.889)

16. Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	Prémios de antiguidade	Total
1 de Janeiro de 2013	345.337	345.337
Dotação / Reversão por capital	-	-
Dotação por resultados	11.558	11.558
Reversão por resultados	-	-
31 de Dezembro de 2013	356.895	356.895
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	356.895	356.895
	356.895	356.895
Dotação / Reversão por capital	-	-
Dotação por resultados	-	-
Reversão por resultados	(8.651)	(8.651)
31 de Dezembro de 2014	348.244	348.244
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	348.244	348.244
	348.244	348.244

Os valores provisionados nesta rubrica respeitam às quantias reconhecidas como passivos de benefícios definidos, relativamente ao prémio de Antiguidade. Especificando, a FENACAM nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem 15, 25 ou 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Este prémio não se encontra incluído no Fundo de Pensões subscrito junto da CA, mas será uma responsabilidade de natureza certa e ocorrência provável.

17. Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2014 e 2013, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras	23.664	4.808	28.472	38.582	21.458	60.040
	23.664	4.808	28.472	38.582	21.458	60.040

Locações financeiras

Resumo dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação activos nas datas apresentadas:

Prazos de reembolso	2014	2013
Menos de um ano	23.664	38.582
Entre 1 e 5 anos	4.808	21.458
Mais de 5 anos	-	-
	28.472	60.040

18. Obrigações de benefícios reforma e outros

A FENACAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o Crédito Agrícola (CA) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades da FENACAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACT.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complemento de pensões.

Para cobertura das suas responsabilidades a FENACAM integra o fundo de pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao

ACT, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo plano de pensões são os definidos no ACT, assume, assim a natureza de um fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da companhia de seguros CA Vida, S.A..

Nos termos do ACT, a FENACAM assumiu também o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que complementem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Os pressupostos para cálculo do valor actual dos benefícios são iguais aos benefícios anteriormente referidos.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados da FENACAM relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela companhia de seguros CA Vida, S.A..

Os valores provisionados nesta rubrica correspondem à diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos, e o valor dos activos do plano, conforme relatório actuarial, à data do fecho do exercício.

Os Prémios de Antiguidade não têm fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica (ver Nota 16).

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinadas através de cálculos actuariais, utilizando o método de crédito da unidade projectada, efectuada por actuário independente, baseados em pressupostos que reflectem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevaletentes no momentos do cálculo.

Em termos globais, o impacto deste plano nas demonstrações financeiras é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações no balanço		
Plano de pensões e assistência médica	(4.687)	18.207
	<u>(4.687)</u>	<u>18.207</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos na demonstração de resultados		
Plano de pensões e assistência médica	4.398	-
	<u>4.398</u>	<u>-</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo actuarial, são os abaixo indicados:

	2014	2013
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV - 88/90	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	66	65
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
Pressupostos financeiros		
Taxa de desconto	(*)	(*)
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,65%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,40%
Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social		
de acordo com o n.º 2 do art.º 27.º do Decreto-Lei 187/2007	1,40%	1,46%
de acordo com o n.º 1 do art.º 27.º do Decreto-Lei 187/2007	1,40%	1,40%
(*) Taxa de desconto diferente para diferentes grupos da população:		
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos	3,25%	4,25%
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >= 55 anos	2,75%	4,00%
Pré-reformados, reformados e pensionistas	2,25%	3,50%

Plano de pensões e de assistência médica

60

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinada como segue:

	2014	2013
Valor presente da obrigação	569.370	489.222
Justo valor dos activos do plano	(498.450)	(422.266)
Outros	-	-
Obrigação no balanço	70.920	66.956

O movimento ocorrido no valor actual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

Reconciliação da obrigação do plano de pensões	2014	2013
A 1 de Janeiro	489.222	454.834
Custo serviços correntes	(2.457)	20.746
Custo dos juros	19.762	21.211
Contribuições pagas	19.500	(2.686)
Pensões pagas	(2.585)	(5.743)
(Ganhos)/Perdas actuariais	45.928	860
A 31 de Dezembro	569.370	489.222

Os fundos afectos a este plano tiveram a seguinte evolução:

Reconciliação dos activos do fundo	2014	2013
A 1 de Janeiro	422.266	395.210
Contribuições entregues	22.027	20.489
Contribuições pagas	21.312	(2.686)
Capitais de seguro recebidos	-	-
Prémios de seguro pagos	(8.910)	(9.778)
Participação de resultados de seguro	6.310	6.100
Pensões de reforma pagas	(2.585)	(5.743)
Rendimento dos activos do Fundo de Pensões	38.030	18.674
A 31 de Dezembro	498.450	422.266

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2014	2013
Custo serviços correntes	38.173	30.524
Custo dos juros	19.762	21.211
(Ganhos)/Perdas actuariais	(19.762)	(33.061)
Retorno estimado dos activos do plano	(38.030)	(18.674)
Total incluído em Gastos	143	-

61

A contribuição efectuada para o Fundo de pensões, em 2014 foi de 23.839 euros.

19. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos						
Fornecedores gerais	i) 6.212	-	6.212	6.212	-	6.212
Outros credores						
Credores diversos	ii) 14.008	-	14.008	16.551	-	16.551
Credores por acréscimos						
Remunerações - Férias e Subsídio de Férias	iii) 312.735	-	312.735	307.936	-	307.936
Remunerações - Ajudas de custo e Km's	9.219	-	9.219	32.982	-	32.982
Outros	46.222	-	46.222	62.330	-	62.330
Pessoal						
Despesas a reembolsar	1.643	-	1.643	1.845	-	1.845
Outras contas a pagar	390.039	-	390.039	427.856	-	427.856

- i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos valores facturados pela aquisição de activos não correntes;
- ii) Credores diversos - este saldo refere-se essencialmente ao valor a pagar a Sindicatos relativo aos montantes cobrados por conta destas entidades;
- iii) Credores por acréscimos – o valor relativo a férias e subsídio de férias corresponde ao encargo com férias e subsídio de férias a pagar aos empregados em 2015, cujo direito foi adquirido até à data de fecho do exercício.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2014	2013
Fornecedores - Grupo	54.045	47.323
Fornecedores - Terceiros	1.149.736	734.351
	1.203.781	781.674

O saldo a pagar a Fornecedores - Grupo é composto por CCAM e Entidades do Grupo Crédito Agrícola, que prestam serviços à FENACAM.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros é, maioritariamente, composto por Fornecedores de Mercadorias e Prestadores de Serviços, que entretanto foram ou serão facturados às CCAM.

21. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		2014	2013
Vendas de produtos			
Mercado interno		2.302.987	2.898.995
		2.302.987	2.898.995
Prestação de serviços			
Serviço de apoio técnico (SATA)	i)	822.845	960.274
Serviço de produção documental e Aprovisionamento (SPDA)	ii)	3.204.862	3.774.203
Serviço de auditorias (SAUD)	iii)	286.790	-
		4.314.497	4.734.477
Total de Vendas e prestações de serviços		6.617.484	7.633.472

- i) SATA: Serviços de apoio técnico prestados às associadas, sendo os mais relevantes as avaliações imobiliárias;
- ii) SPDA: Serviços de produção, envelopagem e envio de documentos do CAM para os seus clientes, bem como arquivo digital dos mesmos; vendas de consumíveis para economato e outros fins; vendas de equipamentos e gestão do serviço de assistência do equipamento às Caixas; e serviços na gestão e controlo da produção e fornecimento de cheques para o Grupo CA;
- iii) SAUD: Serviços de Auditoria às Caixas de Crédito Agrícola (associadas e não associadas), esclarecimento e apoio sobre questões técnicas e envolvimento em processos judiciais.

22. Subsídios à exploração

Nesta rubrica, está registado em 2014 o subsídio proveniente da Medida de Incentivo ao Emprego no valor de 173 euros

Em 2013 está registado o subsídio proveniente do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, para realização de Auditorias às CCAM, no valor de 250.000 euros. Este subsídio é pago no final de cada ano, sendo que o seu valor varia de acordo com o número de auditorias solicitadas e consideradas efectuadas. Em 2014 não foram recebidos subsídios desta natureza.

23. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2014	2013
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	1.595.076	1.729.782
Trabalhos especializados	i) 1.417.113	1.581.849
Publicidade	4.588	3.531
Honorários	16.052	20.931
Conservação e reparação	iii) 153.485	118.436
Outros	3.838	5.035
Deslocações e estadas	ii) 219.368	208.599
Transporte de mercadorias	48.514	34.940
Materiais	41.607	60.392
Combustíveis	54.742	60.503
Serviços diversos	233.391	292.437
Rendas e alugueres	168	-
Comunicação	73.954	71.061
Seguros	23.971	25.061
Contencioso e notariado	385	671
Despesas de representação	21.608	45.201
Limpeza higiene e conforto	20.568	22.882
Outros serviços	92.737	127.561
	2.192.698	2.386.653

- i) Trabalhos Especializados: na sua composição estão cerca de 1.216.681 euros respeitantes a serviços prestados por entidades externas, serviços esses geridos pelo SPDA, que posteriormente são facturados às Caixas. Nestes serviços estão incluídos, a produção documental e a assistência técnica. Rubrica importante é também o contracto RIMO, no valor de 28.561,43 euros;
- ii) Deslocações e Estadas: os valores desta rubrica dizem respeito, maioritariamente, ao pagamento por deslocação em viatura própria, ascendendo ao montante de 192.585 euros;
- iii) Conservação e reparação: estes gastos repartem-se em três categorias, viaturas no montante de 32.915 euros, equipamentos no valor de 117.135 euros e edifícios com 3.435 euros.

24. Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2014 e 2013, foram como segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	232.200	211.050
Remunerações do pessoal	2.385.742	2.319.788
	<u>2.617.942</u>	<u>2.530.838</u>
Encargos sobre remunerações	714.840	619.291
Órgãos sociais	45.381	42.794
Pessoal	669.459	576.497
Prémios para pensões	-	-
Seguro de acidentes de trabalho	14.284	15.381
Outros gastos com pessoal	38.803	30.645
	<u>767.927</u>	<u>665.317</u>
	<u>3.385.869</u>	<u>3.196.155</u>

O número médio de empregados da Federação em 2014 foi de 50 colaboradores.

25. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2014	2013
Quotização estatutária variável	576.149	628.547
Quotização estatutária fixa	187.500	193.452
Quotização Caixa Central	125.000	125.000
Rendimentos suplementares	7	-
Correções de períodos anteriores	5.715	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	233	233
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	-	73.517
Outros rendimentos e ganhos	273.746	26.425
	<u>1.168.350</u>	<u>1.047.174</u>

- i) O valor de quotização variável diz respeito a um valor anual pago pelas Caixas Agrícolas Associadas, associado a uma percentagem fixada ano a ano em Assembleia Geral sobre o seu Activo Líquido. Esta obrigação está prevista nos Estatutos da FENACAM no seu artigo 33.º. Na Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2013, onde foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento para 2014, ficou estipulada uma percentagem de 0,0061358%;
- ii) O montante de quotização fixa diz respeito a uma quota anual de 2.500 euros por associada, tal como estipulado no artigo 33.º dos Estatutos da FENACAM;
- iii) Foi aprovado em Assembleia Geral, de 13/12/2013, estabelecer uma quotização fixa de 125.000 euros para a Caixa Central, devido ao seu activo líquido conter rubricas extraordinárias que causam distorções no cálculo da quotização variável estatutária. Este valor manter-se-á fixo, enquanto persistirem as razões que conduzem à distorção do cálculo.

26. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Perdas em inventários (i)	17.763	2.541
Impostos (ii)	1.762	1.939
Outros gastos e perdas financeiros (iii)	2.845	2.170
Outros gastos e perdas (iv)	30.362	54.435
	<u>52.732</u>	<u>61.085</u>

- i) *As perdas em existências devem-se à destruição de material obsoleto;*
- ii) *A rubrica de impostos respeita, maioritariamente, ao Imposto Único de Circulação;*
- iii) *Esta rubrica diz respeito a serviços bancários, nomeadamente comissões;*
- iv) *Este montante é referente, em grande medida, a quotizações em entidades 20.045 euros e 8.616 euros relacionados com o reconhecimento do Fundo de Pensões.*

27. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos financeiros suportados		
Juros suportados	919	1.506
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>919</u>	<u>1.506</u>
Rendimentos financeiros obtidos		
Juros obtidos	19.936	21.467
Rendimentos de participação capital - dividendos	20.634	20.328
	<u>40.570</u>	<u>41.795</u>

Os juros suportados pela Empresa dizem respeito, essencialmente, aos juros das locações financeiras.

Relativamente aos juros e rendimentos obtidos, saliente-se os dividendos recebidos fruto da participação financeira no capital do Mercado Abastecedor do Porto, S.A.

28. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto s/ o rendimento corrente	(104.946)	(249.754)
Imposto s/ o rendimento diferido	(1.947)	3.063
	<u>(106.893)</u>	<u>(246.691)</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 23%. Não se aplica a taxa de derrama por a Empresa apresentar prejuízo fiscal.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes de Imposto	198.113	755.098
Taxa de Imposto Matéria Colectável (23% taxa de IRC + 1,5% Derrama)	23,00%	26,50%
	45.566	200.101
Custos não dedutíveis	1.686	23.924
Variações patrimoniais negativas		-
Deduções fiscais	(267.424)	(22.930)
Prejuízos fiscais reportáveis	220.172	-
Tributação autónoma	104.946	48.659
	104.946	249.754
Imposto s/ o rendimento corrente	104.946	249.754
Imposto s/ o rendimento diferido	1.947	(3.063)
Imposto s/ o rendimento	106.893	246.691
Taxa efectiva de imposto	54,0%	32,7%

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

67

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de imposto	23%	25%
Taxa de derrama	0,0%	1,5%
	23,0%	26,5%

29. Compromissos

A FENACAM não tem compromissos assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

30. Contingências

A FENACAM não tem contingências.

31. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social da FENACAM é detido em 98,77% pelas Caixas Associadas e pela Caixa Central. Das Caixas Associadas, só não pertencem ao SICAM a CCAM de Mafra.

31.1. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da FENACAM são constituídos por:

- Direcção – 5 representantes de CCAM associadas;
- Conselho fiscal – 3 representantes de CCAM associadas;
- Mesa de Assembleia-geral – 4 representantes de CCAM associadas;

Os órgãos sociais da FENACAM foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da FENACAM foram conforme se segue:

	2014	2013
Direcção	215.100	195.900
Conselho fiscal	6.900	6.600
Mesa assembleia-geral	10.200	8.550
	232.200	211.050

31.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Associadas:

- Caixas de Crédito Agrícola
- Caixa Central

Outras empresas do Grupo Crédito Agrícola:

- CA Gest, S.A.
- CA Consult, S.A.
- CA Vida, S.A.
- CA Imóveis Unipessoal, S.A.
- CA Informática, S.A.
- CA Seguros, S.A.
- CA Serviços, ACE

(b) transacções e saldos pendentes

Durante o exercício, a FENACAM efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vendas de produtos		
Caixa Central	167.741	170.944
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	1.986.314	2.408.491
CA Consult, S.A.	1.682	1.892
CA Gest, S.A.	2.866	3.383
CA Imóveis Unipessoal, S.A.	530	-
CA Informática, S.A.	7.523	122.574
CA Seguros, S.A.	44.128	49.857
CA Serviços, ACE	1.996	3.327
CA Vida, S.A.	12.170	37.206
	<u>2.224.950</u>	<u>2.797.675</u>
Serviços prestados		
Caixa Central	394.743	215.678
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	3.575.680	4.053.768
CA Gest, S.A.	3.535	831
CA Informática, S.A.	1.705	8.552
CA Seguros, S.A.	217.085	379.616
CA Serviços, ACE	875	5.359
CA Vida, S.A.	57.428	54.503
	<u>4.251.051</u>	<u>4.718.307</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Caixa Central	125.000	125.000
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	758.445	816.517
	<u>883.445</u>	<u>941.517</u>

(c) Saldos devedores e credores

Saldos devedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Clientes		
Caixa Central	342.678	123.850
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	1.191.028	1.323.786
CA Consult, S.A.	10	73
CA Gest, S.A.	308	158
CA Imóveis Unipessoal, S.A.	22	85
CA Informática, S.A.	4.631	51.037
CA Seguros, S.A.	200.986	83.794
CA Serviços, ACE	44	1.908
CA Vida, S.A.	8.770	5.121
	<u>1.748.477</u>	<u>1.589.811</u>

Saldos credores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores		
Caixa Central	2.100	412
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	2.741	5.017
CA Informática, S.A.	15.264	16.808
CA Seguros, S.A.	33.940	25.086
	<u>54.045</u>	<u>47.323</u>
Financiamentos obtidos		
Caixa Central - leasings	28.472	60.040
	<u>28.472</u>	<u>60.040</u>

32. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes a evidenciar nas contas.

ASSOCIADAS DA FENACAM

À data de 31 de Dezembro de 2014, a FENACAM contava com 76 Caixas Agrícolas associadas, conforme relação que se segue.

CAIXA CENTRAL	CCAM LOURINHÃ
CCAM ALBERGARIA E SEVER	CCAM MAFRA
CCAM ALBUFEIRA	CCAM MÉDIO AVE - (VILA NOVA DE FAMALICÃO)
CCAM ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO
CCAM ALCANHÕES	CCAM MORAVIS
CCAM ALCOBAÇA	CCAM NORDESTE ALENTEJANO
CCAM ALENQUER	CCAM NOROESTE
CCAM ALENTEJO CENTRAL	CCAM NORTE ALENTEJANO
CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR	CCAM OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ESTARREJA
CCAM ALTO CÁVADO E BASTO	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO
CCAM ANADIA	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL
CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	CCAM PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE E ESPOSENDE
CCAM AROUCA	CCAM PAREDES
CCAM ARRUDA DOS VINHOS	CCAM PERNES
CCAM AZAMBUJA	CCAM POMBAL
CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA	CCAM PORTO DE MÓS
CCAM BAIXO MONDEGO	CCAM REGIÃO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO
CCAM BAIXO VOUGA	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL
CCAM BATALHA	CCAM RIBATEJO SUL
CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	CCAM SÃO TEOTÓNIO
CCAM BEIRA CENTRO	CCAM SALVATERRA DE MAGOS
CCAM BEIRA DOURO	CCAM SERRA DA ESTRELA
CCAM BORBA	CCAM SERRAS DE ANSIÃO
CCAM CADAVAL	CCAM SILVES
CCAM CANTANHEDE E MIRA	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
CCAM CARTAXO	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO
CCAM COIMBRA	CCAM SOUSEL
CCAM CORUCHE	CCAM TERRA QUENTE
CCAM COSTA VERDE	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO
CCAM DOURO E CÔA	CCAM TERRAS DE VIRIATO
CCAM DOURO, CORGO E TÂMEGA	CCAM TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA
CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR	CCAM VAGOS
CCAM ENTRE TEJO E SADO	CCAM VALE DE CAMBRA
CCAM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES	CCAM VALE DO DÃO E ALTO VOUGA
CCAM FERREIRA DO ALENTEJO	CCAM VALE DO TÁVORA E DOURO
CCAM GUADIANA INTERIOR	CCAM VILA FRANCA DE XIRA
CCAM LAFÕES	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO
CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL	CCAM ZONA DO PINHAL

Nota: Pediram a exoneração de associada duas Caixas Agrícolas – CCAM de Alto Cávado e Basto e CCAM de Terras de Viriato.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento ao disposto no 32º dos Estatutos da FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direcção relativo ao exercício de dois mil e catorze (2014).

O Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício do ano transacto, a actividade da FENACAM, através de contactos regulares com a Direcção, a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido com prontidão os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com todos os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos preceitos legais adoptados, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Federação.

Analisámos, também, o Relatório de Gestão da Direcção, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram desenvolvidas, destacando, dentre elas, o plano de formação para Órgãos Sociais que tem vindo a ser trabalhado e desenvolvido, pelo Executivo, bem como os esforços deste para que a formação possa vir a beneficiar de uma participação financeira significativa. Merece também o nosso destaque a criação do Gabinete Técnico de Informação (GTI), que tem por missão prestar, às Caixas Agrícolas e aos seus clientes, informação e apoio na elaboração de projectos de candidatura a fundos comunitários. O novo ciclo comunitário trará um sem número de oportunidades para as Caixas Agrícolas e, por conseguinte, é fundamental que elas estejam atentas e preparadas. O trabalho do GTI terá um papel determinante.

O resultado líquido do exercício na ordem dos €91.220,46, representa uma diminuição significativa quando comparado com o exercício de 2013, devendo-se sobretudo à redução verificada nos resultados operacionais das principais áreas de negócio. Um menor número de vendas e de prestação de serviços, a redução de preçários, aliados a uma conjuntura por si só já difícil, foram as principais causas que estiveram na base desta diferença.

O SATA vê o seu desempenho agravado em relação a 2013 na ordem dos 71% (-13% nas avaliações, -73% na assistência técnica, -63% nas peritagens de sinistros e -33% em outros rendimentos).

O Rendimento que se encontra afecto ao SAUD também caiu substancialmente devido à diminuição da quotização variável e da comparticipação do subsídio proveniente do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.

No SPDA assistimos à diminuição na ordem dos 21% nas vendas de mercadorias e cheques e cerca de 15% na prestação de serviços. Infelizmente o programa de alargamento de vendas e prestação de serviços a entidades externas ao Crédito Agrícola ainda não rendeu os seus frutos.

No que toca aos Gastos, registamos apenas um acréscimo de cerca de 5% nos gastos com pessoal, devido principalmente à entrada de dois colaboradores – entrada em funcionamento do GTI e o comercial do SPDA.

A análise consolidada da forma como evoluíram as diversas actividades da FENACAM demonstra efectivamente um decréscimo substancial de rendimentos, tanto operacionais como financeiros, que, a longo prazo, se não forem encontradas alternativas, poderá colocar em causa a verdadeira sustentabilidade da Federação Nacional.

O Conselho Fiscal apela por isso às Caixas Agrícolas um maior empenho à volta da nossa Federação. Só com a solidariedade de todos conseguimos criar uma organização forte e credível.

Para finalizar o Conselho Fiscal propõe às associadas presentes na Assembleia Geral a aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2014, assim como a proposta de aplicação dos resultados.

Prior Velho, 02 de Março de 2015.

O CONSELHO FISCAL

António Germano Fernandes de Sá e Abreu

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave, CRL

Álvaro Gonçalves Marques Pereira

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Anadia, CRL

Francisco Eduardo das Neves Rebelo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, CRL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

Membro de / Member of



FERNANDO MARGUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERREZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 7.690.521 euros e um total de capital próprio de 5.279.851 euros, incluindo um resultado líquido de 91.220 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

1/3

SEDE / HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro - Contas Anuais
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte / North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.*, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.


Inscrita sob o n.º 23

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o fato dos edifícios registados como ativo fixo tangível se encontrarem mensurados através do modelo do custo, conforme opção prevista na Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF) 7 - Ativos fixos tangíveis. Contudo, face ao peso relativo daqueles ativos no balanço da Federação, e tendo em consideração a conjuntura imobiliária, recomendamos o teste anual da sua quantia escriturada face à quantia recuperável, conforme previsto na Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF) 12 - Imparidade de ativos.

Lisboa, 2 de março de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056